

ECO-166

(679)

ECO

166



**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA MOÇAMBICANA:
RAZÕES DA SUA CONTINUIDADE**

JEREMIAS FENICELA MURRETTE

**Trabalho de Licenciatura em Economia
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE ECONOMIA**

Setembro de 2007

Maputo

339.72.053.1 (679)

MUR TES

U. E. M. - ECONOMIA

N. E. 29852

DATA 18/02/08

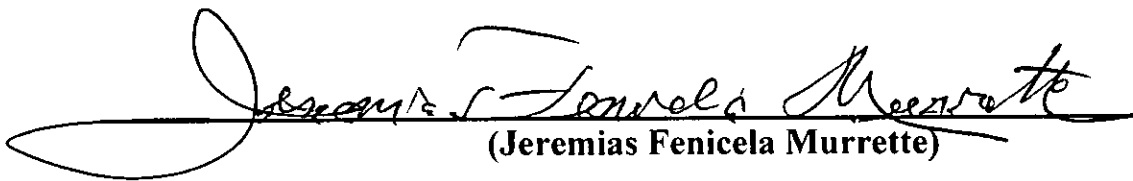
AQUISIÇÃO 8/2/08

DATA

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro por minha honra que este trabalho é o resultado da minha investigação pessoal e das orientações do meu supervisor, o seu conteúdo é original e algumas fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto e na bibliografia.

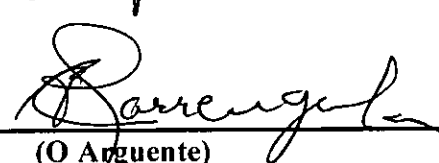
Declaro ainda que este trabalho nunca foi apresentado em nenhuma outra instituição para obtenção de qualquer grau académico.


(Jeremias Fenicela Murrette)

APROVAÇÃO DO JÚRI

Este trabalho foi aprovado com 12 valores no dia 24 de SETEMBRO de 2007 pelos membros do Júri examinador da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane.


(O Presidente do Júri)


(O Arguente)


(O Supervisor)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais que tudo fizeram para que eu estudasse. Era uma profecia de que seria com estudos que iria abrir as portas para o futuro. Neste contexto, merecem um reconhecimento muito especial pelos seus feitos.

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento especial vai à minha família, em particular à minha esposa, Amélia Murette que durante toda a minha vida estudantil soube dar-me o apoio necessário. Quero ainda agradecer a paciência que ela teve perante o incómodo que lhe criei durante muitos anos, dias e noites durante a minha formação e na elaboração deste trabalho.

Aos meus irmãos que também deram apoio imensurável durante todos esses anos da minha formação, pois o apoio por eles dado contribuiu bastante para que eu chegasse ao fim, digo a todos eles, o meu “muito obrigado”.

Ao meu supervisor, Dr Armino Nhabinde, vai o meu especial agradecimento, pois apesar das suas imensas ocupações profissionais, académicas e pessoais, prestou-me uma atenção que merece realce na elaboração do presente trabalho.

E, finalmente digo muito obrigado à todos os meus amigos e colegas que directa ou indirectamente sempre me deram um apoio e bastante força, que contribuíram fortemente para que eu continuasse a lutar até chegar à vitória final.

Há dias que não são recordados, mas há momentos inesquecíveis

Autor

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	ii
DEDICATÓRIA.....	iii
AGRADECIMENTOS.....	iv
DIAS E MOMENTOS INESQUECIVÉIS.....	v
ÍNDICE.....	vi
LISTAS DE TABELAS.....	vii
LISTAS DE GRÁFICOS.....	vii
LISTA DE ANEXOS.....	viii
SUMÁRIO EXEUTIVO.....	ix
CAPÍTULO I	1
INTRODUÇÃO	1
1.1. Metodologia	3
1.2. Objectivos	3
1.3. Importância do Tema	3
CAPÍTULO II.....	4
REVISÃO DA LITERATURA	4
2.1. Dívida Interna	6
2.2. Dívida Externa	7
2.2.1. Determinantes da Dívida Externa	8
2.2.2. Crise da Dívida Externa	9
2.3. Estratégias da Redução da Dívida	10
2.3.1. Reescalamento da Dívida	10
2.3.2. Iniciativa HIPC (Highly Indebted Poor Countries) ou Termos de Lyon	12
2.3.3. Rácios que medem o Desempenho Económico	14
2.3.4. Rácios que sintetizam o grau de endividamento	14
2.3.5. Rácios que indicam a onerosidade	15
2.3.6. Conversão da Dívida	15
2.4. Dívida dos Países em vias de Desenvolvimento	16

CAPÍTULO III	18
DÍVIDA MOÇAMBICANA	18
3.1. Dívida Interna de Moçambique	19
3.2. Dívida Externa de Moçambique	20
3.3. Sustentabilidade e Redução da Pobreza	29
CAPÍTULO IV	30
IMPACTO DA DÍVIDA NO SECTOR DE ESTRADAS	30
4.1. Classificação de Estradas em Moçambique	30
CAPÍTULO V	35
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	35
5.1. Conclusões	35
5.2. Recomendações	36
BIBLIOGRAFIA	37
ANEXOS	38

A. LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Indicadores de sustentabilidade da Dívida	13
Tabela 2 Obrigações de Tesouro 2002 a 2003	19
Tabela 3 Serviço da Dívida em 1996 a 1997	20
Tabela 4 Donativos e Créditos Internos/Externos 2001/2005	21
Tabela 5 Evolução da Dívida Multilateral 1999/2005	22
Tabela 6 Stock da Dívida após HIPC	23
Tabela 7 Stock da Dívida Externa 1990/2005	24
Tabela 8 Valor e Termos de Reescalonamento – Clube de Paris.....	25
Tabela 9 Dívida Externa Vencida e Paga	26
Tabela 10 Médias do Serviço da Dívida Externa.....	27
Tabela 11 Classificação e Definições da Rede de Estradas em Moçambique.....	31
Tabela 12 Rede de Estradas por Províncias.....	32
Tabela 13 Execução dos Projectos ROCS I e ROCS II	32
Tabela 14 Créditos Concedidos a ANE e FE no período 2001 a 2004	33
Tabela 15 Projectos Adjudicados pela CREE no período 1995 a 2006	34

B. LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Evolução da Dívida Multilateral 2001 a 2005	22
Gráfico 2 Evolução do Stock da dívida Externa 1999 a 2002	23
Gráfico 3 Evolução do Stock da Dívida no período 1990 a 2005	25
Gráfico 4 Serviço da Dívida Vencida e Paga de 1992 a 2002	26

C. LISTA DE ANEXOS

Mapa 1 Evolução da Dívida Bilateral no período 1999 a 2005.....	28
Mapa 2 Previsão e Realização de Serviço da Dívida em 2000.....	30
Mapa 3 Previsão e Realização do Serviço da Dívida 2001.....	30
Mapa 4 Previsão e Realização do Serviço da Dívida 2002.....	30
Mapa 5 Previsão e Realização do Serviço da Dívida 2003.....	31
Mapa 6 Previsão e Realização do Serviço da Dívida 2004.....	31
Mapa 7 Projectos do sector de Estradas e Pontes adjudicados pela CREE 1995 a 2006....	36

SUMÁRIO EXECUTIVO

A dívida externa é um dos condicionalismos que entrava a eficiência económica dos países devedores em benefício dos credores. Quando um país depara com insuficiência de capital financeiro devido ao déficite económico e, se as condições internas forem incapazes de ajustar o equilíbrio, impreterivelmente tem que recorrer ao financiamento externo. A dívida externa é aceitação de um crédito externo em que sujeita-se ao pagamento de juros ou não com reembolso do capital num determinado prazo de amortização do crédito. Existem três motivos para o endividamento interno: financiamento do déficite orçamental; implementação de políticas monetárias; e desenvolvimento do sector financeiro.

As consequências clássicas da dívida externa preconizam um dinamismo incessante dos determinantes que criam uma ilusão de que a dívida nunca exaurirá. Portanto, a razão deste trabalho está ligada com a evolução da dívida externa apesar de haver várias iniciativas para a sua redução no âmbito do HIPC. Com este programa esperava-se que a dívida externa poderia ser reduzido, mas nota-se que a mesma continua a crescer. Pois, o investimento num país endividado não consegue gerar rendimentos que garantam estabilidade da sua economia a curto ou médio prazo uma vez que as receitas resultantes das suas actividades são canalizadas para o pagamento da dívida externa.

As causas da crise da dívida externa têm suporte em vários factores de natureza interativa e complexa, tais como a aplicação de políticas fiscal e monetária expansionistas, por exemplo a necessidade de desenvolvimento; a elevada fuga de capitais e, a recessão da economia mundial. E, do estudo realizado, constata-se que a dívida no geral está a evoluir de ano para ano, as receitas de exportações de bens e serviços ainda não são suficientes para honrar com os compromissos da dívida, apesar de programas de alívio.

Todavia, o stock da dívida externa de Moçambique teve uma tendência decrescente no período compreendido entre 1999 a 2002, como resultado dos alívios concedidos no âmbito da iniciativa HIPC e pela comunidade internacional através do Clube de Paris, de cerca de 6 biliões passou para 4,6 biliões de dólares em 31 de Dezembro de 2005 e para 3,3 biliões de dólares em 2006. Apesar desta tendência, após HIPC, a dívida bilateral com os países não pertencentes ao grupo da

Organização para Cooperação Económica e Desenvolvimento registou um acréscimo no seu peso em relação ao total, mas em termos absolutos houve redução média em cerca de 72% e 56,1% do stock da dívida com os países da OCDE e não membros desta organização. Também houve reduções na dívida multilateral, entre 1998 a 2002, baixou 29,3% de 2,1 biliões de dólares americanos para 1,5 biliões de dólares.

No período compreendido entre 1992 a 2002 verifica-se que a dívida paga é inferior a dívida vencida, mesmo após o alívio, o serviço da dívida foi crescendo, as receitas das exportações de bens e serviços foram insuficientes, razão da manutenção do recurso ao financiamento e endividamento externo. Entretanto, concretizada a efectividade do HIPC II no ano de 2001, os níveis da dívida passaram para USD55 milhões/ano no período 2000/2006 e a previsão de USD82 milhões no período 2007/2012 e para USD98 milhões no período 2013/2017, contra os níveis anuais de USD73 milhões, USD99 milhões e USD117 milhões, que teriam lugar no HIPC I e de USD172 milhões, USD203 milhões e USD251 milhões/ano que teriam lugar na inexistência do HIPC I.

Face a estas constatações, para evitar a crise da dívida externa e comprometimento dos esforços de desenvolvimento, as autoridades governamentais devem criar mecanismos que permitam reduzir a dependência externa, aumentando a produção, garantindo a exportação e maximizar a opção de financiamento através de donativos, recorrendo a créditos, sobretudo aos concessionais, sómente para sectores de vital importância para a economia nacional. E, por último prestar maior atenção e de forma integrada às áreas sociais, produtivas e infra-estruturas para garantir o desenvolvimento e crescimento económico, passando pela melhor alocação, utilização e avaliação dos recursos disponíveis.

CAPÍTULO I INTRODUÇÃO

A República de Moçambique enfrentou logo após a independência um grave problema da falta de recursos humanos, materiais e financeiros. E, perante tal reconhecimento e para sua resolução estabeleceu programas de cooperação e assistência técnica versus dívida externa, bilateral e multilateral com os outros países.

Desde a eclosão da crise da dívida nos anos 80's, muitos pagamentos têm sido efectuados para cobrir o serviço da dívida, em prejuízo do aumento e melhoria dos serviços básicos de alimentação, saúde e educação nos países devedores. Para a resolução deste problema, os credores têm tomado iniciativas do cancelamento parcial, ou reescalonamento da dívida dos países pobres e altamente endividados.

Não obstante a tomada destas iniciativas de alívio, os países em via de desenvolvimento (PVD's) continuam a realizar pagamentos do serviço da dívida e a contrair novos créditos para garantir o crescimento económico, no âmbito da cooperação e assistência técnica.

Assim, a cooperação e assistência técnica tem uma expressão de elevada importância, é concebida como um instrumento de apoio ao desenvolvimento económico, suporte à execução eficiente de programas e projectos de investimentos, desenvolvimento dos órgãos e instituições da Administração Pública, recuperação empresarial, recursos humanos e das capacidades técnicas nacionais.

A necessidade do enquadramento da cooperação técnica, quer se processe em termos individuais, quer ainda sob forma colectiva é muito importante, por se tratar de uma variável com inegáveis repercussões a nível micro e macroeconómico. Na verdade, a assistência técnica deve ser vista como um instrumento de apoio ao desenvolvimento e não como uma finalidade em si.

Pois, Moçambique é um país de baixa renda, merecedor de financiamento externo, visando o combate da pobreza absoluta e atingir as metas de desenvolvimento do milénio em 2.015. É neste contexto que tem vindo a beneficiar de créditos concessionais das instituições multilaterais e, ainda financiamento directo ao orçamento, quer a título de financiamento aos projectos e fundos comuns, a título de donativos.

Dada a complexidade do tema, elevado número e diversidade das características das instituições que cooperam com Moçambique, o presente trabalho debruçar-se-á de forma sintética da dívida, desempenho resultante da cooperação e assistência técnica em Moçambique, no período de 1996 a 2006.

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos, sendo o primeiro, esta introdução. O segundo capítulo faz abordagem genérica sobre a revisão da literatura, dívida interna e externa, seus determinantes, crise da dívida externa, estratégias da sua redução e as razões porque é que os países em desenvolvimento continuam com o problema da dívida após vários programas de alívio. O terceiro capítulo analisa a dívida Moçambicana no geral, sua dinâmica e desembolsos, sustentabilidade e redução da pobreza. O quarto capítulo analisa o impacto da dívida externa no sector de estradas e pontes, bem como a sua classificação. O quinto capítulo apresenta as conclusões e recomendações.

1.1. Metodologia

A elaboração deste trabalho, baseou-se na pesquisa bibliográfica e documental, bem como no levantamento histórico, comparativo e estatístico.

Tabelas e gráficos são igualmente usados como instrumentos de análise, elaborados com base nos dados recolhidos.

1.2. Objectivos

a) Geral

- O objectivo geral do estudo é analisar as razões da persistência do problema da dívida externa em Moçambique, apesar dos programas de alívio havidos.

b) Específicos

Em termos específicos, o presente trabalho pretende:

- Caracterizar a dívida pública; e
- Apresentar as recomendações para atenuar o problema da dívida pública.

1.3 Importância do Tema

Face à ausência ou insuficiência de estudos desta natureza e da necessidade de contribuir com mais um estudo, no sentido de aumentar as alternativas com vista ao entendimento, o presente trabalho se constitui num contributo primeiro na análise da dívida pública Moçambicana, tendo como objectivo principal a compreensão das razões da sua continuidade, apesar dos programas de alívio. Neste sentido, o trabalho contribue de forma também prática, sugerindo medidas para mitigação do problema da dívida externa do país.

CAPÍTULO II REVISÃO DA LITERATURA

Grande parte da literatura consultada debruça-se sobre aspectos gerais da dívida externa e não de forma específica sobre a cooperação e assistência técnica, razão da abordagem sobre a dívida versus cooperação e assistência técnica para dar suporte a este estudo.

Segundo Medeiros (1996), a dívida é aceitação de um empréstimo externo em que sujeita-se ao pagamento de juros ou não com reembolso do capital. Portanto, é um serviço que envolve o pagamento de juros e reembolso de capital, como prazos de amortização de créditos concedido previamente fixados, os juros a pagar podem ser variáveis ou fixos, dependendo da negociação efectuada.

A dívida bruta externa é igual ao montante dos compromissos contratuais existentes e dá lugar ao pagamento, por parte dos residentes de um país, a não residentes, comportando a obrigação do reembolso do principal, com ou sem pagamento de juros, ou do pagamento de juros, com ou sem reembolso do principal. E, o serviço da dívida é efectuado anualmente pelo país devedor, sendo os juros pagos de duas formas através da transferência líquida ou exportações e através de novos empréstimos. (Medeiros, 1996:537).

De acordo com a Lei nº 3/96, de 4 de Janeiro (Lei Cambial), são considerados **residentes** os cidadãos nacionais residentes em Moçambique ou cuja permanência no estrangeiro, por um período igual ou superior a um ano por motivos de saúde, estudo, exercício de funções públicas ou privadas que impliquem a residência no estrangeiro; estrangeiros que vivam em Moçambique há mais de um ano e em relação aos quais não impenda a obrigação de repatriar os activos cambiais produzidos no território nacional; as pessoas colectivas de direito privado ou público com sede em território nacional, fundos públicos moçambicanos dotados de autonomia administrativa e financeira; cidadãos nacionais, diplomatas, representantes consulares ou equiparados, pessoal militar em exercício de funções governamentais no estrangeiro bem como os membros das respectivas famílias; filiais, agências, delegações, sucursais ou quaisquer outras formas de representação de

peças colectivas não residentes legalmente representadas em território nacional.

E, são consideradas não residentes as pessoas singulares que residam no estrangeiro; pessoas colectivas com sede no estrangeiro; diplomatas estrangeiros, representantes consulares ou equiparados, em exercício de funções no território nacional, bem como membros das respectivas famílias; as representações diplomáticas e consulares, as organizações internacionais e outras formas de representação governamental reconhecidas legalmente em território nacional.

Para o Grupo Moçambicano da Dívida (GMD) a dívida é uma promessa de pagamento futuro de determinada quantia emprestada acrescida de respectivos juros. Quando a responsabilidade é sobre agentes económicos não-residentes, especificamente país ou instituições, designa-se de dívida externa, enquanto que se a responsabilidade é com agentes residentes, denomina-se dívida interna. (GMD, 2005:2).

De uma forma genérica, os argumentos do GMD não difere muito dos defendidos por Medeiros (1996) na sua obra sobre a economia internacional, ao considerar a dívida como fonte de financiamento do déficit orçamental.

No que concerne a crise da dívida, o GMD (2005) considera-o como resultado da redução da assistência externa e termos de trocas internacionais. E, para sua resolução além da estratégia clássica (reescalamento da dívida), considera ainda a iniciativa HIPC ou Termos de Lyon (1996), cujo objectivo era aumentar o nível de alívio para 80%, bem como os níveis de concessionalidades, como forma de trazer o peso da dívida para níveis sustentáveis, através da aplicação de políticas para assegurar que o ajustamento estrutural e reforma não fosse afectado pelo peso do serviço da dívida, conforme tabela 8.

Esta iniciativa surgiu pelo reconhecimento de que a questão da dívida externa de muitos países em vias de desenvolvimento (PVD's) era extremamente difícil, não obstante a aplicação de métodos tradicionais de alívio e de perdão do serviço da dívida.

Para o caso Moçambicano e de acordo com o GMD (2005), a primeira medida para redução da dívida foi a adesão ao Banco Mundial (WB) e Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1984. A partir daí Moçambique começou a ter acesso a empréstimos concessionais e alívio da dívida externa no âmbito do Clube de Paris, ao mesmo tempo que apelava à comunidade internacional a sua redução através de reescalonamento, conversão em investimentos.

Como resultado, o peso da dívida conheceu alguma redução, embora não tenha acontecido o mesmo em relação ao respectivo serviço, como veremos no capítulo sobre a análise da dívida externa e seus constrangimentos. E, em termos de classificação, temos a dívida interna e dívida externa.

2.1. Dívida Interna

Em termos généricos, a dívida interna é expressão abreviada para instrumentos da dívida emitidos pelo governo. Se os instrumentos forem emitidos pelo governo central a dívida denomina-se dívida pública.

Existem três motivos para o endividamento interno:

- Financiamento do déficite orçamental – se as despesas forem superiores as receitas do Estado;
- Implementação de políticas monetárias – alteração da oferta de moeda, através de compra e venda de Bilhetes do Tesouro (BT's), no mercado aberto, pois, o Estado reduz a oferta monetária e absorve liquidez e as empresas e instituições ficam com menor liquidez, vice-versa; e
- Desenvolvimento do sector financeiro – existência de variedade de instrumentos financeiros, o governo oferece BT's de curto prazo, proporcionando rentabilidade certa e cultiva a confiança dos investidores nos instrumentos públicos da dívida, não descurando os instrumentos de médio e longo prazo com diversidade de estrutura de taxas de juro.

2.2. Dívida Externa

A dívida externa é aceitação de um crédito externo em que sujeita-se ao pagamento de juros ou não com reembolso do capital. Portanto, é um serviço que envolve o pagamento de juros e reembolso de capital, sendo fixado um prazo de amortização do crédito concedido. O juro pode ser variável ou fixo dependendo da negociação efectuada no acto da concessão do crédito.

O recurso ao financiamento externo era algo raro. Todavia, dívida externa surge quando o país tem compromissos de pagamento sobre o exterior, resultante de créditos monetários ou transacções comerciais e, quanto ao credor classifica-se em três categorias.

- Dívida Bilateral – contraída pelo governo junto de outros governos;
- Multilateral – contraída pelo governo junto das instituições financeiras internacionais (Banco Mundial; e Fundo Monetário Internacional, Banco Africano de Desenvolvimento); e
- Comercial – contraída tanto pelo governo como por privados junto de Bancos Comerciais Externos para fazer face a uma necessidade financeira.

Quanto ao devedor, a dívida externa classifica-se em:

- Dívida Pública – quando a responsabilidade do seu pagamento é do governo; e
- Dívida Privada – geralmente ocorre nos países onde o sistema financeiro é desenvolvido, no qual o sector privado pode contrair créditos financeiros ou transacções comerciais, cuja dívida é derivada da venda de títulos ao exterior, resultado da incapacidade dos importadores fazerem face aos compromissos assumidos, sendo estas convertidas à dívida do país importador.

O pagamento do serviço da dívida externa acarreta pesados encargos para a economia. Os créditos obtidos sofrem capitalização a uma determinada taxa de juros reembolsáveis juntamente com o respectivo capital, no prazo estabelecido no acordo de crédito.

Em termos do prazo de liquidação, a dívida pode ser classificada em pelo menos três grupos:

- Dívida de curto prazo – quando os débitos são exigíveis dentro de 1 ano;
- Dívida de médio prazo – quando os débitos são exigíveis em 1 a 5/7 anos; e
- Dívida de longo prazo – quando os débitos são exigíveis para além de 5/7 anos.

2.2.1. Determinantes da Dívida Externa

Não obstante a heterogeneidade no concernente aos níveis de endividamento entre os países, os determinantes da dívida externa são comuns, devido a:

- a. Insuficiência de poupança interna - para a promoção do crescimento económico os PVD's dão mais ênfase o factor capital, trazendo consigo um ciclo vicioso da qual dificilmente conseguem livrar-se, devido ao baixo rendimento que gera baixa poupança interna.
- b. Taxa de juros - as taxas de juro vigentes nos PVD's tendem a ser mais elevadas como resultado da escassez de capital. Surge assim a necessidade de recorrer ao crédito externo, onde o nível das taxas de juro são relativamente mais baixa.
- c. Deterioração dos termos de troca - a actividade produtiva dos PVD's assente em produtos primários, bem como as respectivas exportações, os preços estão sujeitos à oscilação no mercado internacional. E, a inexistência de base industrial consolidada implica uma necessidade crescente de importação de produtos manufacturados a preços elevados, por exemplo o preço do crude de petróleo. Por outro lado, as preferências do consumidor em relação aos produtos exportáveis sofrem redução em termos de procura internacional face às mudanças resultantes do progresso tecnológico e surgimento de produtos sintéticos.

2.2.2. Crise da Dívida Externa

A crise da dívida caracteriza-se fundamentalmente pela inexistência de divisas, a não efectivação de obrigações financeiras de curto prazo, prevalência da inflação galopante, redução da assistência técnica externa na forma de donativos e queda dos termos de trocas internacionais. (GMD, 2005:6).

Segundo Medeiros (1996:551) e o GMD (2005:7), as causas da crise da dívida externa têm suporte em vários factores de natureza interativa e complexa, tais como a aplicação de políticas fiscal e monetária expansionistas, de que vamos destacar os seguintes:

- Necessidade de desenvolvimento – o que determina a obtenção de elevados créditos da comunidade internacional rica e industrializada, como garantia de elevar os níveis de desenvolvimento dos PVD's.
- Elevada fuga de capitais – a saída de capitais nos PVD's é um dos factores que mais contribui para a crise da dívida, como resultado da instabilidade político-económico, altas taxas de câmbios, políticas fiscais e monetárias ineficientes, inflação, guerras de descolonização e civis.
- Recessão da Economia Mundial – a recessão económica de 1980/82 reduziu o rendimento dos PVD's devido à queda da procura de bens e serviços, bem como de receitas das exportações como fonte de captação de divisas, observando-se assim a deterioração dos termos de trocas internacionais, sobrecarregando o serviço da dívida destes países e por consequência o sobreendividamento.

A necessidade do desenvolvimento resultante da afectação de recursos públicos por parte da comunidade internacional determinou o aperfeiçoamento da teoria das transferências e, em nome da cooperação internacional, surgem três instrumentos, tais como:

- Transferências de origem Pública – consubstanciada em donativos ou créditos, fornecidos por um Estado para outro Estado;
- Investimento Directo – dá origem à constituição de novos activos ou à aquisição por parte de agentes económicos não-residentes;

- Mercado de Capitais – que serve a estratégia da globalização das redes bancárias, firmando-se nos créditos, exportações e emissão de Obrigações de Tesouro (OT's).

De acordo com Medeiros (1996) e, face as circunstâncias da crise da dívida, o FMI, apercebendo-se da eminente ruptura de mercados financeiros, propôs a adopção de reformas económicas para os PVD's, caracterizadas pela:

- Abertura do Sistema Comercial – o que implica a redução do licenciamento das importações;
- Privatizações de Empresas Públicas – compreende a fusão, venda ou extinção de empresas;
- Reforma Fiscal – alargamento da base tributária, com redução de taxas para desestimular a evasão fiscal e garantir o seu pagamento por entidades elegíveis; e
- Liberalização Financeira – abolição da fixação administrativa das taxas de juro.

2.3. Estratégias de Redução da Dívida

Para a resolução da crise do endividamento surgiram várias técnicas de negociação, como é o caso de **reescalonamento, conversão da dívida e iniciativa HIPC**. Em seguida iremos analisar a actuação de cada método.

2.3.1. Reescalonamento da Dívida

A nova estratégia do tratamento da dívida começou em 1985, conhecido por **Plano Baker**, caracterizado pela adopção de políticas de ajustamento nos países devedores; concessão coordenada de novos créditos pelos bancos comerciais; e créditos por parte de instituições, cujo objectivo principal era a promoção do crescimento económico sustentável para sanar a crise da dívida.

Todavia, este plano teve alguns constrangimentos pelo facto não ter havido aumento dos financiamentos bancários, o que comprometeu esta inovação do reordenamento da dívida

externa. Então, em 1989 surgiu o plano denominado **Plano Brandy** com objectivo de reactivar as relações entre credores e devedores, tendo esta estratégia assente em duas medidas com as seguintes características:

- Tornar a opção da redução da dívida e juros mais atractivas para os bancos, através da concessão de liquidez. O FMI e o WB deveriam conceder financiamentos via recompra da dívida, troca da dívida atrasada a um certo desconto, por novos títulos com caução ou de idêntico valor nominal, mas com taxas de juro reduzidas; e
- Pressionar os bancos de modo a alcançar um acordo de desassociar os programas do FMI e WB às negociações dos bancos, na condição destas instituições colocarem recursos financeiros para apoiar a redução do capital da dívida e por desconto, bem como a colocação de recursos especiais para negociar a dívida com os bancos comerciais.

De acordo com este plano, a questão do reescalonamento e créditos prevaleceram para os governos credores, apesar de haver relutância por parte de alguns credores, receando que o início da redução da dívida provocaria acréscimo no futuro ou mesmo perdas significativas. Entretanto, o primeiro reescaloamento foi em 1956 com a dívida da Argentina e até 1987 foram realizados 32, i.é, de 1956 a 1978 foram 7; de 1978 a 1984 foram 10 e de 1984 a 1987 foram 15. (Medeiros, 1996:557).

O reescalonamento é uma modalidade que surge como base de reconhecimento da falta de liquidez por parte do devedor, pressupõe o reordenamento do capital e do serviço da dívida para permitir a manutenção das operações financeiras. As negociações são realizadas no Clube de Paris, agrupando credores públicos dos países desenvolvidos por um lado, face a um certo devedor, na busca de solução para obrigações financeiras entre credores e devedores. Para além do Clube de Paris, também existe o Clube de Londres, entre outros, o qual agrupa os bancos privados credores face a um certo devedor, cujos valores negociáveis são superiores do que os acordados no Clube de Paris. (Medeiros, 1996:559) e Velloso, 1990:69).

Em 1988 foi apresentado o plano denominado **Plano Miyazawa** assente em três pontos principais, tais como:

- Concessão de garantias reais pelos países devedores sobre o capital, através da hipoteca de reservas cambiais e dos lucros da propriedade pública;
- Reescalonamento do saldo da dívida, com diferimento até 5 anos, durante os quais o pagamento de juros pode ser reduzido, suspenso ou perdoado;
- As agências bilaterais e multilaterais aumentariam os seus créditos para os países que tivessem tomado as duas primeiras providências.

2.3.2. Iniciativa HIPC (Highly Indebted Poor Countries) ou Termos de Lyon

A iniciativa HIPC tem como objectivo a redução da dívida externa dos países mais pobres altamente endividados, com o PIB inferior a US\$895,00/ano para níveis sustentáveis, em reconhecimento de que a mesma estava a tornar-se extremamente difícil, mesmo com aplicação dos métodos tradicionais de alívio, nomeadamente o reescalonamento e/ou perdão do serviço da dívida e créditos concessionais, não seria suficiente para torná-la sustentável no médio e longo prazo.

Os critérios de sustentabilidade assentam nos rácios serviço da dívida e rácio valor actual líquido da dívida sobre as exportações de bens e serviços. A dívida é considerada sustentável se o primeiro rácio se situar entre 20 e 25% e o segundo entre 200 a 250%. (GMD, 2005:10). Por outro lado, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE) e, no âmbito da iniciativa HIPC foram definidos alguns parâmetros de sustentabilidade da dívida externa.(INE, 2006:37).

- VAL Dívida Externa/Exportações < 150%
- VAL Dívida Externa/Receitas do Estado < 200%
- Serviço da Dívida Externa < 15% - 20%
- Serviço da Dívida Externa/Receitas do Estado < 15%

E, no âmbito da iniciativa HIPC II ou Termos da Colónia (1999), o rácio entre o serviço da dívida e exportações e entre o valor presente da dívida e receitas de exportações passou de 25% e 250% para 15% e 150%, cujo alívio carecia da elaboração de uma estratégia de redução da pobreza, no comprometimento aos programas de ajustamento estrutural do WB e FMI, não descurando os variados critérios da sustentabilidade da dívida supra.(GMD, 2005:10). O valor actual líquido (VAL) é o valor descontado do serviço futuro da dívida (fluxo de pagamentos do principal e dos juros) utilizando como taxa de desconto a média das *Commercial Interest Reference Rates* (CIRES) num período de seis meses.

A sustentabilidade da dívida é a capacidade que um país tem para cumprir com as suas obrigações relativas ao serviço da dívida interna e externa, pública e privada, de curto e longo prazo, sem afectar os seus objectivos de desenvolvimento económico e social, com nível de solvência ligado a evolução da conta corrente da BOP. E, se o saldo da conta corrente sem juros é igual a zero, o aumento da dívida será igual aos juros vencidos e se for deficitária significa que a mesma está a crescer a um ritmo acelerado do que a taxa de juro, podendo tornar o país insolvente. (GMD, 2005:10 e 11).

Tabela 1. Indicadores de Sustentabilidade da Dívida 1999/2005 (milhões de USD)

Descrição	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Dívida Externa Pública	5.647.700,0	4.759.300,0	4.955.300,0	3.568.000,0	3.636.897,0	4.222.018,0	4.491.300,0
Dívida Total Pública	5.652.418,0	4.808.404,0	4.989.110,0	3.645.176,0	3.841.899,0	4.571.685,0	4.726.302,0
Serviço da Dívida Externa	84.443,0	17.748,0	22.108,0	34.310,0	42.084,0	52.248,0	50.566,0
Serviço da Dívida Total	84.443,0	26.081,0	44.634,0	98.203,0	91.800,0	126.367,0	116.505,0
Receita Corrente	488.579,0	494.677,0	440.984,0	479.476,0	611.109,0	856.985,0	865.970,0
PIB	4.086.580,0	3.890.430,0	3.568.927,0	3.597.187,0	4.307.094,0	7.387.240,0	6.328.454,0
Exportações (Bens e Serviços)*	654.900,0	816.600,0	703.100,0	679.300,0	1.043.900,0	1.503.900,0	1.745.300,0
Exportações Grandes Projectos	75.900,0	127.200,0	440.500,0	468.000,0	680.900,0	1.048.500,0	1.262.500,0
Stock da Dívida/PIB	138,3	123,6	139,8	101,3	89,2	61,9	74,7
Serviço da Dívida/PIB	2,1	0,7	1,3	2,7	2,1	1,7	1,8
Receita Corrente/PIB	12,0	12,7	12,4	13,3	14,2	11,6	13,7
Receitas Correntes/Dívida	8,6	10,3	8,8	13,2	15,9	18,7	18,3
Serv da Dívida/Receita Corrente	17,3	5,3	10,1	20,5	15,0	14,7	13,5
Receita Corrente/PIB	12,0	12,7	12,4	13,3	14,2	11,6	13,7
Exportações/St da Divi. Externa	11,6	17,2	14,2	19,0	28,7	35,6	38,9
Serviço da Dívida/Exportações	12,9	2,2	3,1	5,1	4,0	3,5	2,9

Fonte: Relatório da Conta Geral do Estado 1999-2005. *Inclui valor das exportações de grandes projectos

De acordo com a tabela 1, a dívida externa é avaliada segundo rácios que transmitem perspectivas económicas-financeiras num processo de acumulação de encargos de um país face ao exterior. Pretendem acima de tudo, indicar o grau de vulnerabilidade financeira de um país bem como avaliar o peso da dívida sobre a economia por meio dos seus agregados macroeconómicos. Nas comparações internacionais utilizam-se relações entre o serviço da dívida e as grandezas que exprimem a capacidade de pagamento.

Neste contexto, verifica-se que a dívida é suastentável, pois todos os indicadores estão dentro dos parâmetros previstos, sendo o rácio stock da dívida/PIB o mais elevado, mas com tendência decrescente e os restantes variam de 0,7% a 40%.

2.3.3. Rácios que medem o Desempenho Económico

- a. *(Serviço da Dívida/Exportações)x100* - mede a proporção das receitas das exportações canalizadas anualmente para o pagamento da dívida. A dívida é considerada insustentável se este rácio exceder os 15-20% ou 20-25%. (Medeiros, 1996:544 e Velloso, 1990:74).
- b. *(Serviço da Dívida/PIB)x100* - mede o peso da dívida sobre o PIB e transmite a ideia de pressão sobre a economia, sendo menor para dívida de longo prazo e maior para dívida de curto prazo, tomando como determinante o factor tempo.

2.3.4. Rácios que sintetizam o grau do Endividamento

- a. *(Dívida Externa/PNB)x100* - visa expurgar o peso que a dívida representa sobre a produção do país devedor.
- b. *(Dívida Externa/Exportações)x100* - mede o peso da dívida sobre a principal fonte geradora de divisas.

2.3.5. Rácios que indicam a onerosidade da Dívida

- a. *(Amortizações/Dívida Externa) x 100;*
- b. *(Juros/Dívida Externa) x 100; e*
- c. *(Serviço da Dívida/Dívida Externa) x 100*

Estes rácios medem o grau da onerosidade da dívida, sendo necessário investigar, caso haja rácios elevados, se estes significam amortizações aceleradas resultantes dos saldos positivos da balança ou são devidos as condições onerosas dos créditos obtidos ou por elevado peso dos créditos de curto prazo. (Medeiros, 1996:546).

Segundo Velloso (1990), a dívida externa tem duas faces, ié, tem problema orçamentário ligado a recepção das poupanças da população e depositá-la, transferência e conversão em divisas. A redução das transferências de recursos para o exterior está associada ao processo de reordenamento da economia, debelar a inflação e, em seguida reiniciar o crescimento de forma sustentável.

2.3.6. Conversão da Dívida

A conversão da dívida é uma técnica que consiste na recompra da dívida pelos credores, mediante o desconto sobre o capital no mercado secundário. Em termos práticos, o banco vende um crédito vencido, com desconto, de um país devedor (sector público ou privado) e, em seguida um investidor compra o título da dívida ao preço descontado e apresenta-se ao Banco Central do país devedor, resgatando-o pelo seu valor nominal, obtendo assim vantagens do que teria no mercado de divisas, nas transacções normais. E, não disponibiliza capital estrangeiro incremental, pode provocar o aumento das taxas de juro e de inflação, prolongamento do prazo de amortização com ou sem capitalização de juros, redução da taxa de juro sobre créditos.

Este método não só tem fundamento sobre a redução da dívida externa e melhorar a capacidade monetária mas também pela convicção do investimento daí resultante para estimular o crescimento económico. (Medeiros, 1996:560).

2.4. Dívida dos Países em Vias de Desenvolvimento

A preocupação que existe é porque os PVD's continuam com o problema da dívida após vários programas de alívio? Para explorar satisfatoriamente as oportunidades de capital ultramarino, três condições devem ser satisfeitas, a saber: a lacuna na poupança deve ser colmatada; balança comercial deve ser equilibrada; e os fundos devem ser investidos em projectos cuja taxa de retorno é maior que a taxa de juro da dívida.

Se uma destas condições não fôr satisfeita na sua plenitude o serviço da dívida aumenta. O que se depreende que o déficit na balança comercial ainda persiste devido à manutenção de preços baixos de produtos exportados como resultado da competição entre devedores ao exportarem produtos primários. Os programas impostos pelas instituições financeiras de Bretton Woods são inconsequentes. (Subrata Ghatak, 1995:432).

A dívida externa surge ligada a factores da franca poupança interna, altas taxas de juro vigentes nos PVD's, políticas macroeconómicas ineficazes, desastres naturais e principalmente a deterioração dos termos de troca, os quais contribuem para a acumulação da dívida, afectando assim o desenvolvimento económico.

Neste contexto, com a eclosão da crise da dívida, estas economias tornaram-se economias viradas a geração de recursos para satisfazer seus compromissos externos, embora o FMI WB apregoassem medidas que na sua óptica resolveriam o problema da dívida destes países. Verifica-se que a dívida externa compromete o desenvolvimento económico pelo efeito "*crowding out*" visto que parte de recursos gerados na economia são desviados para o pagamento do serviço da dívida em detrimento da sua alocação nas áreas sócio-económicas.

Para o caso concreto de Moçambique, os mecanismos utilizados para eliminar a dívida não tiveram efeitos positivos porque os seus meios eram insuficientes e ineficientes. O reescalamento simplesmente o adiava para o futuro sem antes o resolver definitivamente. Os indicadores de sustentabilidades foram concebidos para atingir os objectivos dos credores e deliberadamente reduzir a elegibilidade para se qualificarem à iniciativa HIPC.

Os créditos contraídos por Moçambique eram acompanhados por contrapartidas em benefício dos credores, por exemplo, o país credor inspecciona o tipo de produtos importados e haviam casos em que ao invés de importar bens ou serviços de outras regiões devia direccioná-las ao país credor.

Assim, como se pode observar esta imposição, é uma barreira para os PVD's, de que Moçambique faz parte, saírem deste problema porque os custos de importação de bens e serviços do país credor são elevados, independentemente da qualidade dos produtos, correndo-se o risco de pagar uma dívida muito elevada do que seria sem esta imposição.

O outro problema não menos importante está ligado à gestão, incumprimentos dos acordos definidos pelos intervenientes no processo da dívida. Por outro lado, a economia pode gerar recursos que podem fazer face à dívida e não o fazer devido a efeitos perversos, tais como desvios ou corrupção.

CAPÍTULO III DÍVIDA MOÇAMBICANA

Moçambique como um dos PVD's não foge a regra no que concerne a dívida. Apresenta um nível de poupança muito baixo, pois o que se exporta é muito pouco em relação as importações. A balança de pagamentos (BP), bem como o OE apresentam défice e, a necessidade de importação de bens e serviços faz com que o país recorra ao financiamento externo, que lhe permite implementar projectos de desenvolvimento económico e sociais. Com a crescente necessidade de se tornar um país independente economicamente, este precisa de recursos para implementar os projectos económicos, não podendo gerar recursos próprios para satisfazer as suas necessidades, recorre aos países com capacidade financeira para o efeito.

Pois, após a descolonização, Moçambique deparou com um enorme défice causado pela sua estrutura económica, o que determinou a necessidade de recorrer a ajuda aos seus parceiros internacionais, para implementação dos seus programas de reconstrução económica e social. Estes programas não surtiram efeitos desejados, surge o ciclo vicioso em que a dívida se acumula de período a período a taxas elevadas, o que levou o país a insolvência perante os seus parceiros.

Este sobreendividamento não teria constituído problema se o país tivesse recursos necessários para cobrir a dívida. Então, qual é saída? O país procura meios para sair desta "armadilha", como é o caso de reescalonamento e adopção de políticas tradicionais do Clube de Paris. Estas medidas não surtiram efeitos e, como reconhecimento da comunidade internacional de que os mecanismos até então aplicados não punham fim a crise da dívida, o WB e FMI adoptaram a iniciativa HIPC (Highly Indebted Poor Countries). Igualmente, esta também não teve resultados positivos em termos da resolução da crise da dívida, pois os recursos produzidos eram para o pagamento da dívida em detrimento do uso interno para o desenvolvimento do país.

Para satisfazer a necessidades sócio-económicas, não havendo capacidade de poupança interna, devido a baixa produção, deterioração dos termos de trocas internacionais e

consequente baixa de receitas das exportações, o governo moçambicano contrai financiamentos a nível interno e internacional. Portanto, estas são algumas razões da manutenção da dívida externa. E, pela sua importância este capítulo subdivide-se em dois subcapítulos, sendo que o primeiro aborda a dívida interna e o segundo a dívida externa de Moçambique.

3.1. Dívida Interna de Moçambique

As obrigações financeiras do país aumentam de ano para ano. Numa primeira fase não dispunha de meios técnicos e legais para a emissão das OT's e, em caso de necessidades do financiamento do OE, o MF só podia recorrer ao financiamento externo ou ao Banco de Moçambique, como banqueiro do Estado. (GMD, 2005:12)

A formação da dívida interna começou em 1996 e, a emissão das OT's pela primeira vez foi em 1999, com periodicidade anual, para além da dívida resultante da garantia dada pelo Estado a algumas empresas, com base no acordo de cessão de crédito. O saldo da dívida em finais de 2005 foi de 5.683.049,0 milhões de meticais, equivalente a 235 milhões de dólares americanos ao câmbio de 24.183,00MT, os juros a cobrar foram fixados em 20%, a liquidar em vinte prestações anuais sucessivas, a partir de Fevereiro de 2003. No período compreendido entre 2002 a 2003, a dívida interna teve um agravamento de cerca de 51,82%, como resultado da existência de stock de BT's no final de 2003, no valor de 1.863,30 mdc e aquisição dos BT's para prazos muito curto (um a dois meses) pelos intervenientes do Mercado Monetário Interbancário. (Relatório do M.P.F., 2005:5). Tabela 2.

Tabela 2. Obrigações e Bilhetes de Tesouro emitidos entre 2002 e 2003 Mdc

Tipo	2002	Percentagem	2003	Percentagem	Tx de Crescimento
Obrigações de Tesouro	2.984,13	92,73%	2.803,45	57,38%	-6,05
Bilhetes de Tesouro	0,00	0,00	1.863,30	38,14%	0,00
Outros	233,96	7,27%	219,10	4,48%	-6,35
Total	3.218,09	100	4.885,85	100,00	51,82%

Fonte: Ministério das Finanças (DNT) 2004:5

3.2. Dívida Externa de Moçambique

A dívida externa surge pela necessidade da promoção do desenvolvimento económico, incluindo a implementação de projectos e construção de infra-estruturas que não podem ser executados sem recurso ao financiamento externo (créditos concessionais), face à escassez de recursos internos e, remota aos anos 80, Moçambique apresentava bons rácios de sustentabilidade da dívida, sobretudo quando medidos em termos de exportações, após a independência nacional em 1975.

Nos anos subsequentes o endividamento conheceu um crescimento acelerado e o país começa a acumular dívida, as receitas das exportações de bens e serviços já não eram suficientes para honrar com os seus compromissos e a dívida foi crescendo ano após ano até que em 1998 atingiu cerca de 6,1 biliões de dólares. (GMD, 2005:14).

Tabela 3. Serviço da Dívida

1996 – 1997

Designação	Valor em 10 ⁹ MT		Tx. Cresto	Em % do PIB		Cume. (%)
	1996	1997	Realizo. %	1996	1997	
Juros	473	530	5,4	2,4	2,4	86,2
Internos	47	34	-34,1	0,2	0,2	92
Externos	425	496	14,1	2,2	2,2	85,8
Amortizações	477	568	16,6	2,5	2,5	101,7
Internos	109	146	30,2	0,6	0,6	90,9
Externos	368	423	12,5	1,9	1,9	106
Total	950	1.099	11	4,9	4,9	93,6

Fonte: Relatório do Ministério do Plano e Finanças 1998:22

A ajuda externa via donativos em alimentos para financiar o Orçamento de Estado (OE) registou um crescimento de 124,4 milhões de dólares, equivalentes a 16% da despesa total, sendo o maior doador a União Europeia, Reino Unido e Suécia. Entre 1996 e 1997, verifica-se que o serviço da dívida programada e fixada em 7,4% do PIB reduziu-se para 4,9% como resultado das melhores condições obtidas dos credores, conforme a tabela 3. (Relatório do MPF, 1998:22).

Tabela 4. Evolução Donativos e Créditos Int/Externos – 2001/2005(milhões de USD)

Designação	2001		2002		Var	2003		Var	2004		Var	2005		Var
	Valor	%	Valor	%	2002-2001	Valor	%	2003-2002	Valor	%	2004-2003	Valor	%	2005-2004
Donativos	515,2	76,0	389,0	52,4	-24%	439,4	47,9	13%	462,5	33,4	5%	471,7	30,7	2%
Para Projectos	303,3	44,7	224,2	30,2	-26%	254,2	27,7	13%	225,6	16,3	-11%	248,2	16,2	10%
Não Consignados	211,9	31,3	164,6	22,2	-22%	185,2	20,2	13%	225,6	17,1	28%	223,5	14,6	-6%
Créditos Externos	128,8	19,0	275,9	37,2	114%	237,8	25,9	-14%	364,9	26,3	53%	302,0	19,7	-17%
Para Projectos	78,3	11,5	110,7	14,9	41%	129,0	14,1	17%	192,8	13,9	49%	232,2	15,1	20%
Não Consignados	15,0	2,2	129,3	17,4	765%	82,4	9,0	-36%	119,4	8,6	45%	69,8	4,6	-42%
Acordos Retrocessão	35,6	5,3	35,9	4,8	1%	26,4	2,9	-27%	52,7	3,8	100%	52,8	3,4	0%
Créditos Internos	33,8	5,0	77,2	10,4	128%	239,4	26,1	210%	558,0	40,3	133%	760,5	49,6	36%
Tit. Div. Publica	33,8	5,0	77,2	10,4	128%	239,4	26,1	210%	558,0	40,3	133%	760,5	49,6	36%
Total	677,8	100,0	742,1	100,0	9,5%	916,6	100,0	23,5%	1.354,4	100,0	51,2%	1.534,3	100,0	10,7%

Fonte: Relatório da Conta Geral do Estado 2005:IX-34

De acordo com a tabela 4 supra, o financiamento do défice orçamental teve evolução oscilatória. Em termos médios foi de 23,725% no período de 2001 a 2005, contrariando a tendência da redução da dependência creditícia interna e externa do país. Igualmente, os donativos tiveram decréscimo médio de 4,8%. E, em termos globais houve uma redução em 2001 de 76% para 30,7% em 2005, conforme o relatório do MPF e da Conta Geral do Estado (CGE) de 2005.

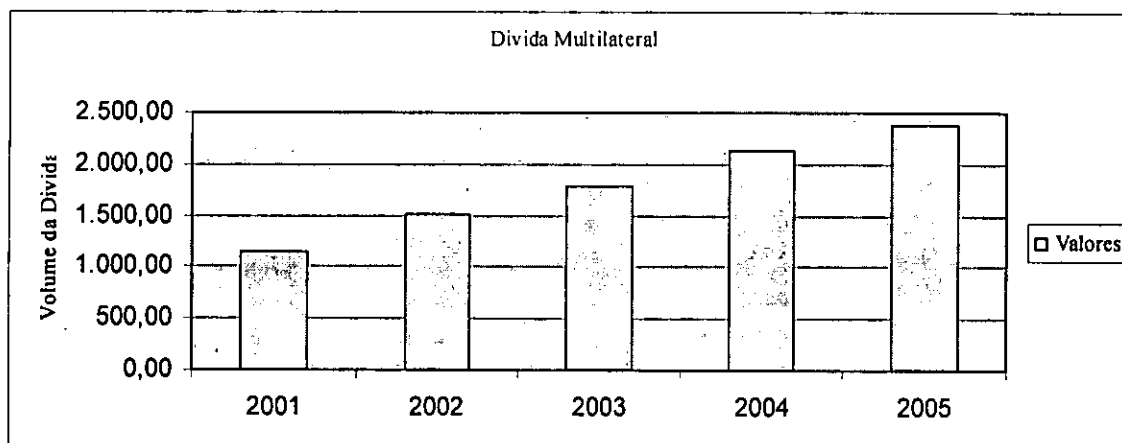
Com base nesta tabela, verifica-se que a dívida externa continua elevada, as necessidades financeiras se situaram em 644 milhões de dólares em 2001, 665 milhões em 2002, 677 milhões em 2003, 827 milhões em 2004 e 774 em 2005. Para sua redução é necessário aumentar as receitas internas através do aumento das exportações ou perdão da dívida. Em termos médios, a dívida multilateral se situou em 1.785,32 milhões de dólares entre 2001 a 2005, variando entre 32,5% em 2002; 17,8% em 2003; 19,7% em 2004 e 11,8% em 2005, com uma variação absoluta de 109%, tabela 5. (CGE, 2005:IX-34 e 36).

Tabela 5. Evolução da Dívida Multilateral entre 2001 a 2005 (milhões de USD)

Mutuante	2001		2002		Var	2003		Var	2004		Var	2005		Var	Var
	Valor	%	Valor	%	2002/1	Valor	%	2003/2	Valor	%	2004/3	Valor	%	2005/4	2005/0 1
BAD	1,7	0,1	1,8	0,1	5,9	0,9	0,1	(50,0)	0,0	0,0	-100	0,0	0,0	0,0	0,0
BADEA	27,3	2,4	42,8	2,8	56,8	34,4	1,9	(19,6)	40,0	1,9	16,3	49,5	2,1	23,8	81,3
BEI	46,0	4,0	17,1	1,1	(62,8)	15,4	0,9	(9,9)	38,4	1,8	149,4	40,4	1,7	5,2	(12,2)
BID	3,9	0,9	8,4	0,6	115,4	20,4	1,1	142,9	28,0	1,3	37,3	32,2	1,4	15,4	728,2
FAD	227,5	20,0	354,2	23,5	55,7	482,1	27,1	36,1	24,7	9,1	542,6	22,8	3,2	138,5	
FIDA	45,4	4,0	55,1	3,7	21,4	5,5	0,3	(90,0)	11,4	0,5	107,3	77,5	3,3	579,8	70,7
IDA	746,5	65,6	985,3	65,4	32,0	1.163,0	65,5	18,0	1.412,5	66,4	21,5	1.575,9	66,3	11,6	111,1
NTF	1,9	0,2	1,1	0,1	(42,1)	0,3	00,0	(72,7)	0,0	0,0	(100,0)	0,0	0,0	0,0	0,0
NDF	12,2	1,1	17,8	1,2	45,9	18,6	1,0	4,5	35,9	102,3	93,0	22,0	0,9	(37,7)	80,3
OPEC	25,1	2,2	24,1	1,6	(4,0)	36,2	2,0	50,2	35,1	1,7	(3,0)	37,2	1,6	6,0	48,2
Total	1.137,5	100,0	1.507,7	100,0	32,5	1.776,8	100,0	17,8	2.127,2	100,0	19,7	2.377,4	100,0	11,8	109,0

Fonte: Relatório da Conta Geral de Estado de 2005 IX-36

Gráfico 1. Evolução da Dívida Multilateral 2001 a 2005 (milhões de dólares)



De acordo com a tabela e o gráfico abaixo, o stock da dívida externa de Moçambique no período compreendido entre 1999 a 2002, teve uma tendência decrescente, como resultado dos alívios concedidos no âmbito da iniciativa HIPC e pela comunidade internacional através do Clube de Paris. Moçambique beneficiou-se do alívio da dívida externa de cerca de 6 biliões, tendo passado para cerca de 4,6 biliões de dólares em 31 de Dezembro de 2005. E, o stock da dívida passou de 4,6 biliões em 2005 para 3,3 biliões de dólares em 2006. (Relatório do MPF, 2005).

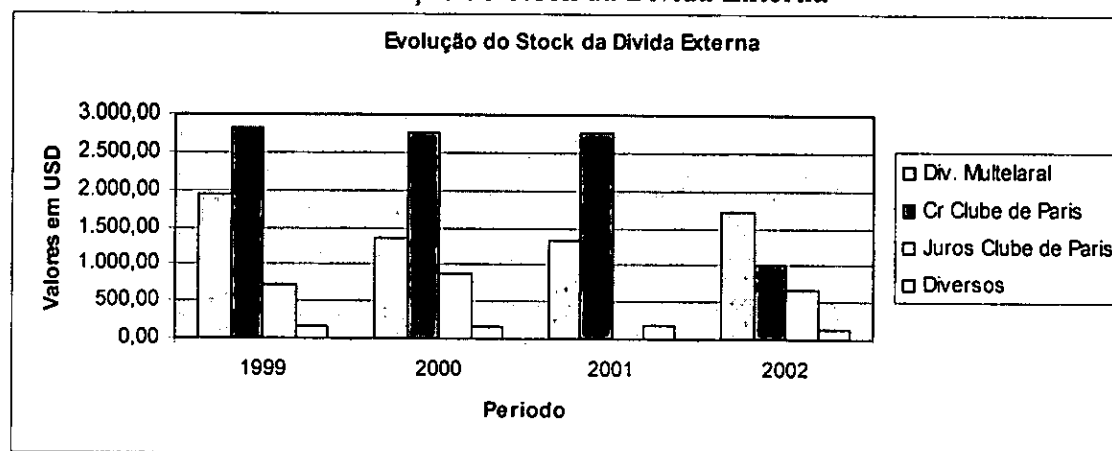
Devido ao bom desempenho nos programas com os doadores e com o FMI, Moçambique foi um dos países elegíveis à iniciativa de alívio da dívida multilateral, preconizado pelo Grupo dos oito países mais desenvolvidos (G8), por exemplo, a dívida contraída e desembolsada no valor de 154,0 milhões de dólares ao país até 31 de Dezembro de 2004 foi cancelada em 100%.

Tabela 6. Stock da Dívida Pública Após HIPC (milhões de USD)

Designação	Período			
	1998	2000	2001	2002
Credores				
1. Multilateral	2.133,50	1.348,20	1.137,50	1.507,70
2. Bilateral	3.977,50	3.630,40	3.594,80	1.890,70
3. Bilateral Clube de Paris	3.059,60	2.754,50	2.759,80	1.018,60
3.1. OCED	2.041,40	1.837,90	1.842,60	571,10
3.2. Não OCED	1.018,20	916,60	917,20	447,10
4. Bilateral não Clube de Paris	917,90	875,90	835,00	872,10
4.1. Leste Europeu	191,10	205,30	174,20	189,40
4.2. OPEP	657,20	615,80	613,30	632,40
4.3. Outros Países	69,60	54,80	47,50	50,90
5. T. Div. Pública Bil. E Multilateral	5.193,10	4.978,60	4.732,30	3.399,00
6. Dívida Comercial	0,00	46,70	391,00	362,10
7. Total da Dívida Externa Pública	6.111,00	5.125,30	5.123,30	3.761,10

Fonte: Grupo Moçambicano da Dívida, 2005:24

Gráfico 2. Evolução do Stock da Dívida Externa



Após a iniciativa HIPC verifica-se que o stock da dívida tem vindo a reduzir-se como se pode ver na tabela 6 e gráfico 2, pois de USD6.111,0 milhões em 1998 passou para 3.761,0 em 2002. Esta redução resulta de vários programas de alívio de que o país vem se

beneficiando, por exemplo em 2002 dívida perdoada foi de um bilião de dólares. (GMD, 2005:24).

Por outro lado, verifica-se que o montante total da dívida reestruturada em 2002, cerca de 61% foi cancelada. A dívida bilateral com os países não pertencentes ao grupo da Organização para Cooperação Económica e Desenvolvimento (OCDE) registou um acréscimo no seu peso em relação ao total, mas em termos absolutos houve redução média em cerca de 72% e 56,1% do stock da dívida com os países da OCDE e não membros desta organização. Também houve reduções na dívida multilateral, entre 1998 a 2002, baixou 29,3% de 2,1 biliões de dólares americanos para 1,5 biliões de dólares, conforme tabelas 7.(GMD, 2005:26)

Tabela 7. Stock da Dívida Externa do País 1995-2005 (milhões de USD)

Anos	Dívida Bilateral		Dívida Multilateral		B. Comerciais		Total Geral	Taxa de Variação
	Valor	%	Valor	%	Valor	%		
1995	3.864	70,61	1.608	29,39	0	0	5.472	10,00%
1996	3.999	70,50	1.692	29,73	0	0	5.692	3,60%
1997	4.066	72,05	1.637	29,01	0	0	5.643	0,00%
1998	3.978	65,00	2.134	35,00	0	0	6.111	8,30%
1999	4.415	78,15	1.232	21,81	0	0	5.648	-8,20%
2000	3.630	70,83	1.348	26,3	147	2,87	5.125	8,90%
2001	3.595	70,17	1.137	22,19	391	7,63	5.123	0,00%
2002	1.508	40,1	1.891	50,28	362	9,62	3.761	26,60%
2003	1.860	51,1	1.777	48,90			3.637	3,30%
2004	2.095	50,00	2.127	50,40			4.222	16,08%
2005	2.114	47,72	2.377	53,00			4.491	6,40%
Total	34.944,0	63,8	18.969,0	34,60	900,00	1,64	54.813,0	83,18

Fonte: Conta Geral do Estado e Grupo Moçambicano da Dívida, 2005 - IX:34/37 e 16/24,

Em termos globais, verifica-se que no período em análise, a dívida bilateral atingiu o nível mais alto em 1999, cerca de 78,15% e teve um decréscimo oscilatório, representando 63,8% do total, enquanto que a multilateral apresentava nível mais baixo cerca de 21,81%, 34,6% no período e, a dívida comercial se situa em 1,64% neste período. E, em termos gerais, nota-se que à medida que a dívida bilateral decresce a dívida multilateral cresce ligeiramente, conforme se pode ver através do gráfico 3 abaixo.

Gráfico 3. Evolução do Stock da Dívida no período de 1995 a 2005

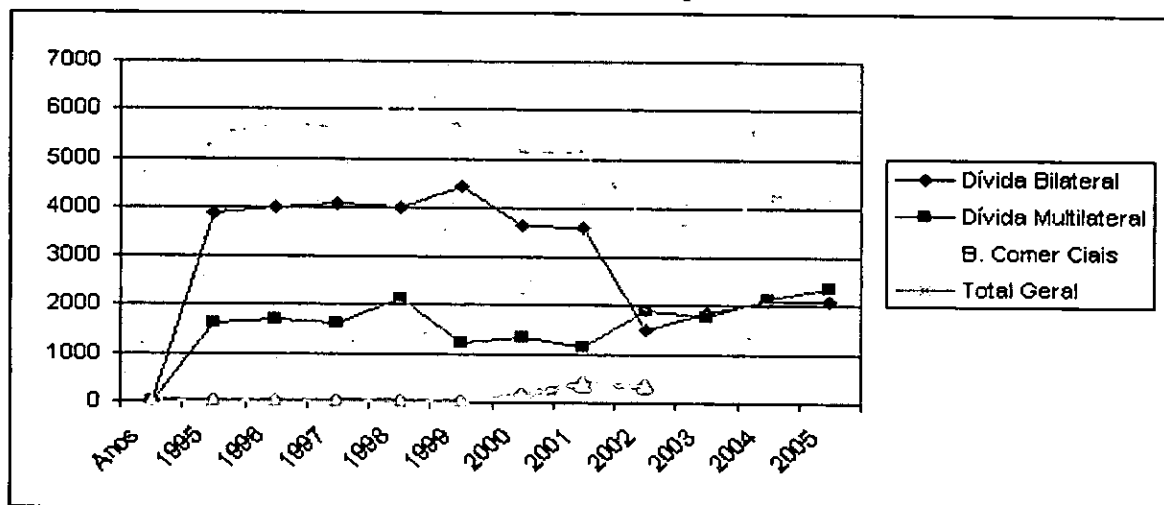


Tabela 8. Valor e Termos de Reescalonamento - Clube de Paris (milhões de USD)

Data do Acordo	Período de Consolidação	% Dívida Cancelada	Valor Reescalonado	Valor Cancelado	Reescalonamento
1º Reescal - 25-10-1984	12 meses	0	312	0	10 anos de Pagamento
2º Reescal - 16-06-1987	19 mese	0	506	0	11 anos de graça, e 10 de Pagamento
3º Reescal - 14-06-1990	30 mese	33,30	844	120	Termos de Toronto (1)
4º Reescal - 23-03-1993	12 meses	50,00	497	91	Termos de Londres (2)
5º Reescal - 21-11-1996	48 meses	67,0	664	101	Termos de Nápoles (3)
Emenda ao V Reescalonamento		80,0			Termos de Lyon (4)
6º Reescalo - 09-07-1999		90,0			Iniciativa HIPIC

Fonte: Grupo Moçambicano da Dívida, 2005: 18

De acordo com a tabela 8, verifica-se que o primeiro acordo de reescalonamento da dívida ocorreu em 1984, a dívida foi conhecendo uma ligeira redução, se comparada com algumas variáveis económicas, foi aliviada em parte o esforço que o país tinha que fazer para o seu pagamento integral. Por outro lado, verifica-se que houve necessidade de emenda do quinto reescalonamento passando de 67% para 80% da dívida cancelada em 1996. Verifica-se ainda que o acordo assinado em 1999 foi sobre stock da dívida, cujo nível percentual do valor cancelado se situava em 90%, contrariamente aos anteriores, os quais incidiram sobre o fluxo do serviço da externa.

Entre 1999-2005 houve aumento da dívida bilateral, vinda de Portugal, Brasil, Hungria, Líbia e Roménia. Em média a mesma fixou-se em 2.776 milhões de dólares, com tendência a reduzir-se, pois a partir de 2002 o país não tem contraído dívidas aos

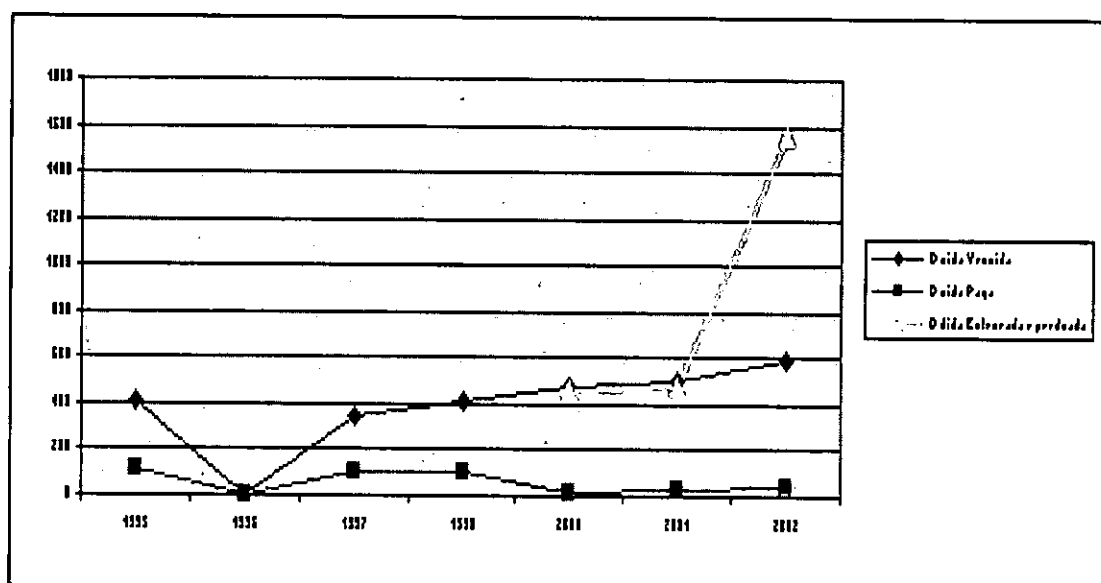
principais credores (Áustria, EUA, Itália, Reino Unido, RFA e Suécia). A dívida com outros credores, situou-se em 948,0 milhões de dólares, em termos médios, conforme mapa 1 em anexo.

Tabela 9. Serviço da Dívida Vencida e Paga (milhões de USD)

Designação	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002
Dívida Vencida	408	0	348	413	480,3	506	595
Dívida Paga	113	0	109	105	18,1	24,4	42,6
Dívida Estruturada e perdoadada					462,2	481,9	1.552,70

Fonte: Banco de Moçambique e Grupo Moçambicano da Dívida, 2005:19 e 25

Gráfico 4. Serviço da Dívida Vencida e Paga de 1992 a 2002



Analisando a tabela 9 e gráfico 4 supra, nota-se que a dívida paga no período em análise é inferior a dívida vencida, mesmo após o alívio, o serviço da dívida foi crescendo, daí as dificuldades do país em realizar o seu pagamento, as receitas das exportações de bens e serviços geradas anualmente eram inferiores para permitir o pagamento integral da dívida, razão da manutenção do recurso ao financiamento externo para o efeito.

A dívida estruturada após HIPC, no período de 2000 a 2002 foi de 2.496,80 milhões de dólares e perdoados 1.125,8 milhões de dólares americanos, dos quais 79,0 milhões em 2000, 99,8 milhões em 2001 e os restantes 947,0 milhões em 2002. (GMD, 2005:25).

Apesar do efeito dos alívios obtidos pelo país a nível internacional, os encargos resultantes do pagamento da dívida constituem barreiras ao desenvolvimento económico e social, pelo facto dos valores pagos anualmente observar maior parte dos recursos financeiros, pois, as receitas obtidas são gastas com o pagamento da dívida externa.

O alívio da dívida pública no âmbito do HIPC¹ I, em Junho de 1999 foi de USD3,7 biliões em termos nominais (USD1,7 biliões em VAL, conduziu a sua redução total em 31/12/98 de USD6,0 biliões nominais (US\$2,7 biliões VAL) para USD 2,3 biliões em termos nominais (USD1,0 biliões do VAL). Em Abril de 2000, o BM e o FMI tomaram a decisão de eleger Moçambique para o alívio da dívida reforçado (HIPC II), tomando como base a redução de stock total da dívida moçambicana em 31/03/1998 para US\$ 1,6 biliões em termos nominais ou seja USD 0,76 biliões em VAL, conjugado com o plano de redução da pobreza absoluta. (GMD, 2005:22 e MF, 2006).

Tabela 10. Médias do Serviço da Dívida Externa

2000 a 2017

Designação	Período		
	2000 a 2006	2007 a 2012	2013 a 2017
Após HIPC II	USD55,0	USD82,0	USD98,0
Após HIPC I	USD73,0	USD99,0	USD117,0
Serviço da Dívida antes do HIPC	USD172,0	USD203,0	USD251,0

Fonte: Relatório do Ministério do Plano e Finanças, 2001:15

De acordo com a tabela 11 supra, concretizada a efectividade do HIPC II no ano de 2001, os níveis da dívida passaram para USD55 milhões/ano no período 2000/2006 e a previsão de USD82 milhões no período 2007/2012 e para USD98 milhões no período 2013/2017, contra os níveis anuais de USD73 milhões, USD99 milhões e USD117 milhões, que teriam lugar no HIPC I e de USD172 milhões, USD203 milhões e USD251 milhões/ano que teriam lugar na inexistência do HIPC I. (MPF, 2001:15).

Durante o ano de 2000, o serviço da dívida paga foi de 384,2 milhões de contos, representando 4,4% da despesa orçamental corrente e 5,1% da receita total colectada durante aquele ano. Em relação ao ano de 2001, o pagamento da dívida externa e juros

³ Países pobres altamente endividado (Heavily indebted poor countries).



atingiu cerca de 930,3 mdc em termos globais, dos 1.234,0 mdc programados. O serviço da dívida externa situou-se em 602,5 mdc, correspondentes a USD28,5 milhões, correspondentes a 69,3%, contra USD41,1 milhões programados, como resultado do alívio da dívida por alguns credores, no âmbito do HIPC reforçado e do adiamento de alguns pagamentos face às calamidades naturais e cheias ocorridas neste ano. Mapa 2 em anexo.

No que concerne a dívida interna foram desembolsados em juros 327,9 mdc, sendo 101,6 mdc de BT's, 209,4 mdc de OT's e 16,9 mdc a outros juros. Em termos comparativos, verifica-se que os juros cresceram 96,7% em relação ao ano de 2000, pelo facto de ter havido grande utilização de BT's cerca de 1.000,0 mdc e ao vencimento de juros sobre OT's agravada pela subida das taxas de juros. Foram desembolsados USD103,9 milhões para financiamento de projectos com recursos a créditos contra USD133,1 milhões desembolsados no mesmo período do ano de 2000, equivalente um decréscimo de cerca de 30% de desembolsos.

Em 2002, o pagamento da dívida situou-se em 2.198,0 mdc, correspondente a 113% dos 1.953,0 mdc programados no OE. O excesso de 13% deveu-se ao aumento do endividamento interno de curto prazo, associado ao agravamento das taxas de juro; início do pagamento da dívida remanescente após o cancelamento no âmbito do HIPC; cheias de 2000 e flutuação cambial. O serviço da dívida global registou agravamento de 57,5%, comparado com 2001. Mapa 3 e 4 em anexo.

Em relação a dívida externa foram pagos USD41,5 milhões, dos quais USD27,8 milhões de capital e USD13,6 milhões de juros tendo registado um crescimento de 31,1% em relação a 2001. Em termos absolutos, os pagamentos da dívida externa situaram-se abaixo da média anual após a redução da dívida no quadro do HIPC prevista nas projecções para os 10 anos, no valor estimado de USD55,0 milhões/ano.

Em 2003, foram orçamentados 2.357,9 mdc, tendo sido utilizado apenas 2.228,6 mdc, correspondentes a 94,5%, dos quais 1.093,2 mdc se referem a dívida externa (775,8 mdc para amortização de capital e 317,1 mdc para pagamento de juros) e os restantes 1.135,4

mdc, equivalentes a 51%, para amortização da dívida interna, sendo 133,9 mdc para pagamento de capital e 1.001,4 mdc para pagamento de juros. Mapa 5 em anexo.

A provisão orçamental referente ao ano de 2004 foi de 2.430,0 mdc e os pagamentos realizados totalizaram 2.421,0 mdc, dos quais 1.100,0 mdc referentes ao pagamento de capital e 1.322,0 a juros equivalente a 99,65% em termos globais, conforme mapa 6 em anexo.

3.3. Sustentabilidade e Redução da Pobreza

O pagamento da dívida externa acarreta pesados encargos para a economia de um país. Os créditos feitos sofrem uma capitalização a uma taxa de juro num determinado período findo o qual são reembolsados. Para que a dívida seja sustentável, o país deve ter capacidade para cumprir com as suas obrigações, aumentar a cobrança das receitas via alargamento da base tributária, sem afectar os compromissos de desenvolvimento económico.

De acordo com Velloso (1990), a resolução da dívida passa por duas decisões: volume de juros a pagar para evitar que o país devedor fique marginalizado na economia internacional; e negociação com os credores, saber encaminhar a proposta à comunidade económica internacional para alcançar os objectivos e evitar consequências indesejáveis.

CAPÍTULO IV IMPACTO DA DÍVIDA NO SECTOR DE ESTRADAS

As vias de acesso mais importantes em Moçambique são as estradas, é através delas que o país está interligado, o seu mau estado não permite ligação entre os principais centros de produção agrícola e capitais provinciais, bem como entre localidades e postos administrativos, o que compromete seriamente o processo de comercialização de excedentes agrícolas, transporte de pessoas e bens, entre sul norte e vice-versa.

A abertura destas vias de comunicação tornou viável o regresso da população refugiada nos países vizinhos, seu reassentamento e o reinício da produção agrícola e sua comercialização. Assim, Moçambique concentra uma grande parte dos seus recursos financeiros na recuperação da rede de transportes. O quadro básico para a recuperação e reconstrução das redes de transportes e revitalização das redes de transportes primárias e secundárias é conhecido como Programa de Reabilitação e Manutenção de Estradas (PRME) e, no âmbito deste, o Programa de Estradas e Portos de Cabotagem (ROCS).

No âmbito do ROCS grande parte das estradas primárias e secundárias foi restabelecida, em termos de planificação e abordagem para o futuro, passou-se para as redes de estradas terciárias e não-classificadas, como resultado da descentralização no quadro da administração de estradas em Moçambique, passando do funcionamento vertical e centralizada para a forma mais descentralizada e desconcentrada. Para melhorar a infraestrutura de transporte e, no âmbito de provisão de níveis adequados nas áreas urbanas e rurais foram utilizados importantes recursos humanos e financeiros existentes, sobretudo os financiamentos externos, sem os quais este processo levaria muitos anos.

4.1. Classificação de Estradas em Moçambique

O sistema de classificação de estradas em Moçambique é feito de forma administrativa e geográfica, em detrimento da base económica ou do tráfego. Na tabela 12 em anexo, são apresentadas algumas definições de estradas.

Tabela 11. Classificação e Definições da Rede de Estradas em Moçambique

Estado	Sub-Classe	Definicao Geral	Definicao em Mocambique	Sistema de Enumeracao
Classificadas	Estradas Primarias	Muitas vezes pavimentada ou de areia	Estradas que ligam capitais e principais centros; estradas que ligam estes centros e estradas que servem como Corredores internacionais, ligando países vizinhos aos Portos	EN 1 a 8 incluindo 101 a 106
	Estradas Secundarias	Ligam os Centros Distritais e principais Acessíveis a circulacao de veiculos motorizados, mas nem sempre se usam para a circulacao	Estradas que ligam os centros Provinciais, mares e Portos e A Rede de Estradas Primárias	EN 201 a 298 (nem todos os numeros sao usados), EN 343
	Estradas Terciaris	Ligam as Aldeias e os Centros Distritais	Estradas que ligam Centros de actividade economica e Rede de Estradas Nacionais	ER 401 a 598, ER 992
	Estradas Urbans	N. R.	Gestao e desenvolvimento confiados as autoridades municipais	N. C.
Nao Classificadas	Estradas >11/2 m de Largura	Estradas que se assemelham com as terciarias mas que nunca entraram na Classificacao		N. C.
	Pistas >11/2 m De largura	Caminhos estreitos simples, livres, estradas sazonais nao aperfeicoadas que ligam ao sistema classificado. Caminhos estreitos para Pick-Up ou carros ligeiros com traccao a quatro rodas, carrocas de mao, e todos os MIT	Estradas que ligam Aldeias e Centros populacionais dos Distritos e areas de actividade economica	N. C.
	Carreiros 1-11/2 m de Largura	Para veiculos com traccao a duas rodas, grupo de animais e pedestres		N. C.
	Atalhos < 1 m de Largura	Caminhos estreitos livres para pedestres, nalgumas vezes para bicicletas e motociclos		N. C.

Fonte: ANE - Relatório do Estudo sobre o Programa de Transporte e Mobilidade Rural em Moçambique, 2003:20

De acordo com a tabela 12 abaixo, verifica-se que em Moçambique havia até 2006 cerca de 29.341Kms estradas, dos quais 5.870Kms de estradas primárias, 4.792Kms de estradas secundárias, 12.136Kms de estradas terciárias, e 6.543Kms de estradas vicinais.

Tabela 12. Rede de Estradas por Províncias (KM)

Designação Província	Tipo				Total
	Primária	Secundária	Terciária	Vicinal	
Maputo	323	169	557	647	1.596
Sofala	584	554	847	387	2.374
Manica	513	336	960	628	2.437
Gaza	276	690	1.032	529	2.527
Cabo Delgado	414	392	1.620	371	2.797
Inhambane	558	265	1.140	930	2.893
Tete	530	1.186	823	392	2.931
Niassa	675	337	1.608	824	3.444
Nampula	996	165	1.982	962	4.105
Zambezia	1.001	698	1.567	971	4.237
Total	5.870	4.792	12.136	6.543	29.341

Fonte: ANE- Administração Nacional de Estradas, 2005

Para os trabalhos de abertura de emergência, preparação de estudos, projectos e capacitação institucional foi elaborado o Projecto de Estradas e Portos de Cabotagem (ROCS I), com efectividade em 1992 e término em 1999. Em Agosto de 1994 foi lançado o ROCS II, para dar continuidade às obras começadas no âmbito do ROCS I, capacitação e reformas institucionais, o qual terminou em Junho de 2003.

Tabela 13. Execução dos Projectos ROCS I ROCS II (KM)

Designação	Período						Total
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	
Reabilitação de Estradas Nacionais	173	149	178	162	197	300	1.210
Reabilitação de Estradas Terciárias	587	756	595	875	1.121	859	5.280
Reabilitação de Emergência	1.723	2.153	601	154	260	152	6.293
Manutenção Periódica	534	654	227	604	665	450	3.294
Manutenção de Rotina	8.726	11.803	15.258	13.107	12.905	11.103	83.114

Fonte: ANE - Administração Nacional de Estradas, 2005

Para dar continuidade aos trabalhos já iniciados, foi elaborado o III Programa de Estradas, com efectividade em Setembro de 2001 e encerramento em Dezembro de 2006, com objectivo de tornar sustentável a conservação de estradas através de uma gestão

eficiente, mobilização de fundos para manutenção permanente de estradas e pontes e reabilitação programada da rede de estradas.

Tabela 14. Créditos concedidos a ANE e FE 2001- 2004

1000 USD

Credores	2001	2002	2003	2004	Fase I
ADB	2.101.179,00	20.129.831,00	9.435.664,00	11.359.120,00	41.975.205,00
AFD		1.601.807,00	3.126.197,00		4.728.004,00
BADEA	64.859,00	12.302,00		1.964.741,00	2.009.472,00
EU	4.964.347,00	9.610.332,00	3.798.061,00	2.662.823,00	18.553.389,00
IBD	269.686,00	92.691,00	8.129.232,00	121.775,00	8.478.541,00
KW	4.490.504,00	2.506.950,00	3.837.281,00	1.894.503,00	10.483.986,00
NDF			511.605,00		511.605,00
KFAED		339.778,00			339.778,00
USAID	14.831.431,00	25.411.361,00	13.025.587,00	3.749.747,00	49.602.409,00
IDA		4.261.192,00	79.957,00	13.996.936,00	18.338.086,00
Sub-total ANE	26.722.430,00	63.966.243,00	41.943.584,00	35.749.645,00	155.020.474,00
ASDI	3.932.057,00	5.358.494,00	9.634.467,00	4.314.166,00	21.273.155,00
DANIDA	1.164.730,00	1.760.252,00	1.506.753,00	1.117.565,00	4.966.935,00
NORAD		78.118,00	893.440,00		971.559,00
DFID	4.659.593,00	3.451.400,00	400.000,00	1.033.779,00	7.214.975,00
IFAD			245.146,00	707.810,00	952.956,00
ADF				294.755,00	294.755,00
EU				5.895.105,00	5.895.105,00
Sub-total FE	9.756.380,00	10.648.264,00	12.679.806,00	49.112.825,00	41.569.440,00
Total Geral	36.478.384,00	74.614.507,00	54.623.390,00	49.112.825,00	196.589.915,00

Fonte: Administração Nacional de Estradas, 2005:29

De acordo com a tabela 14, verifica-se os créditos alocados a Administração Nacional de Estradas e Fundo de Estradas (ANE e FE) no período de 2001-2004 totalizaram 196,6 milhões de dólares americanos, dos quais 155,0 milhões para ANE e 41,6 milhões para o FE, sendo o Banco Africano de Desenvolvimento e Agência Internacional para o Desenvolvimento dos Estados Unidos os maiores contribuintes.

Tabela 15. Projectos Adjudicados pela CREE no período 1995-2006

Anos	MZM	USD	EURO	JPY	SEK	ZAR	FRF	GBP
1995	283,8 Bilões	53,8 milhões	2,7 milhões	599,4 milhões				
1996	111,91 "	36,6 "		672,0 "	17,3 milhões			
1997	328,0 "	39,7 "		414,5 "		17,8 milhões		
1998	575,802 "	1,4 "		2,7 "				
1999	359,8 "	36,4 "					19,7 milhões	
2000	125,345 "	4,044 "						6,7 milhões
2001	777,27 "	49,694 "						
2002	223,0 "	18,19 "						
2003	1002,201 "	3,6 "						
2004	4.492,83 "	4,97 "						
2005	212,8 "		159,17 "					
2006	965,1 "	12,11 "	1,23 "					
Total	9.459,858,0	260.508,0	163.10	1.688,60	17,30	17,90	19,70	6,70

Autor . Elaborado com base nos dados do MF-CT-CREE e da ANE

Ao longo de 1995 a 2006 foram adjudicados pela CREE 147 projectos, envolvendo os valores constantes da tabela abaixo por tipo de moeda, conforme tabela 15, elaborada na base de informação obtida do MF-CT-CREE e ANE, sobre a execução dos grandes projectos no âmbito de estradas, conforme mapa 7 em anexo.

De acordo com a tabela supra, verifica-se parte significativa de financiamento externo é alocado neste sector de estradas e ponte, dada a sua importância no âmbito de desenvolvimento económico. Entre 2001 e 2004 a alocação de recursos financeiros atingiu níveis mais elevados, envolvendo 49.7 milhões de dólares aproximadamente ao atingido em 1995 (53,8 milhões de dólares) e 4.493 biliões de meticais, como resultado da estabilidade política e da necessidade de reconstrução deste sector para garantir os escoamento dos excedentes agrícolas.

CAPÍTULO V CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1. Conclusões

Ao longo deste estudo foi possível tirar as conclusões:

- A dívida externa surge ligada aos factores que interagem com a insuficiência da poupança interna, altas taxas de juro vigentes nos PVD's, políticas macroeconómicas ineficazes, deterioração dos termos de troca mundiais, os quais contribuem para a acumulação de dívida, afectando o desenvolvimento económico. E, corresponde ao montante de compromissos financeiros que um país tem com o exterior derivado de créditos contraídos;
- As instituições financeiras internacionais (WB e FMI) projectaram a iniciativa HIPC para reduzir a dívida externa dos países elegíveis. Moçambique, graças ao seu bom desempenho beneficiou-se desta iniciativa o que lhe permitiu a libertação de alguns recursos para o programa da redução da pobreza absoluta (PARPA), bem como a redução do stock da dívida externa;
- Pela sua importância, no âmbito do desenvolvimento sócio-económico, o governo tem alocado verba significativa ao sector de estradas e pontes, para permitir a sua reabilitação e/ou construção de novas estradas e pontes;
- A solução da dívida externa passa necessariamente pela vontade política das instituições financeiras internacionais multilaterais em adoptarem políticas que minimizam o peso da dívida a níveis sustentáveis em termos reais e que satisfaçam as necessidades de desenvolvimento; e
- Finalmente, a resolução da dívida não depende apenas da capacidade e da boa gestão por parte do Estado, mas também da participação de cada cidadão no aumento da produção e produtividade, de forma a aumentar as exportações e arrecadação de divisas com vista a minimizar a dependência externa.

5.2. Recomendações

Após a análise feita é possível propor algumas recomendações:

- Para evitar crise da dívida e comprometimento dos esforços de desenvolvimento, as autoridades devem criar condições que permitam reduzir a dependência externa, aumentando a produção e garantindo a exportação, maximizar a opção de financiamento através de donativos, recorrendo a créditos, sobretudo aos créditos concessionais, como é o caso da IDA, sómente para sectores de vital importância para a economia nacional.
- Prestar maior atenção e de forma integrada às áreas sociais, produtivas e infra-estruturas para garantir o desenvolvimento e crescimento económico do país, passando pela melhor alocação, utilização e avaliação dos recursos disponíveis.

BIBLIOGRAFIA

1. GHATAK, SUBRATA (1995). *Introduction to Development Economics*. New Fetter Lane, London E4P4EE
2. GRUPO MOÇAMBICANO DA DÍVIDA (2005). *Dívida de Moçambique. O Endividamento externo e interno e considerações sobre suas ligações com a pobreza e desenvolvimento*. Moçambique, Maputo
3. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2006). *Agenda Estatística 2006*. Moçambique. Maputo
4. LEI N° 3/96. *Legislação Cambial*. Governo de Moçambique. Maputo
5. MEDEIROS, EDUARDO R. (1996). *Economia Internacional*. 5ª Edição. Lisboa
6. P. HUSSI; J. MURPLAY E L. BRENNEMA (1993). *The Development of C. and Other Rural Organizations*. World Bank Technical Paper n° 199
7. RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (1999). Governo de Moçambique. Maputo
8. RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (2000). Governo de Moçambique. Maputo
9. RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (2001). Governo de Moçambique. Maputo
10. RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (2002). Governo de Moçambique. Maputo
11. RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (2003). Governo de Moçambique. Maputo
12. RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (2004). Governo de Moçambique. Maputo
13. RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (2005). Governo de Moçambique. Maputo
14. RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (2006). Governo de Moçambique. Maputo
15. VELLOSO, JOÃO PAULO DOS REIS. (1990). *A Dívida Externa tem solução?* Rio de Janeiro. Editora Campus.

ANEXOS

Mapa 1. Evolução da Dívida Bilateral no período 1999 a 2005 (em milhões de USD)

Mutuante	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Bilateral Clube de Paris	3.060,0	2.814,1	2.754,5	2.759,0	1.018,6	987,4	956,6	964,8
Austria		17,6		17,5				
Espanha		11,9		16,2	3,4	11,2	14,5	19,3
EUA		50,3		54,3				
França		375,8		478,9	73,9	67,5	84,9	65,1
Japão		83,3	1.837,9	102,3	103,6	103,6	158,0	143,8
Itália		512,1		484,0				
Portugal		439,3		378,1	378,0	358,2	386,1	416,9
Reino Unido		141,0		143,6				
RFA		155,1		158,2				
Suécia		18,2		8,7	8,7			
Alemanha					3,5	3,0	3,2	3,0
Brasil		513,2		389,9	289,4	289,4	157,1	169,1
Rússia		496,3	916,6	527,3	158,1	154,5	152,8	147,6
Bilateral-Outros	918,0	865,0	876,0	862,5	872,7	872,7	1.138,1	1.149,1
Africa do Sul							0,4	0,2
Angola					47,6	47,6	47,6	49,1
Argélia					393,6	393,6	399,4	405,2
Bulgária					30,1	30,1	21,4	21,4
Ex-Checoslováquia							8,8	9,2
China					20,2	20,2	21,1	20,8
Coréia do Norte					0,1	0,1	0,1	
Hungria		865,0	876,0	872,5			8,6	15,5
Índia					3,3	3,3	13,6	16,4
Iraque					74,8	74,8	188,4	165,5
Ex-Jugoslávia					15,5	15,5	38,5	20,3
Kuwait					31,5	31,5	34,0	36,4
Líbia					132,5	132,5	156,0	176,4
Polónia					22,2	22,2	23,6	21,7
Roménia					101,3	101,3	176,6	191,0
Total	3.978,0	3.679,1	3.630,5	3.621,5	1.891,3	1.860,1	2.094,7	2.113,9

Fonte: Relatório da conta Geral do Estado de 2005:IX-37

Tabela 2. Provisão e Realização de Serviço da Dívida em 2000 (milhões de dólares)

	Previsão 2000			Realização 2000			Grau de Realização (%)		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
OCDE Bilateral	54,054.0	16,516,50	70,570.5	53,233.0	12,674.0	65,907.0	98,48	76,7	93,4
CID Paris (Resc.)	0.00	3,631.00	3,631.00	0.00	3,725.0	3,725.0	0.00	102,6	102,6
Multilateral	115,615.5	85,585.50	201,201.0	116,815.0	82,273.0	199,088.0	101,0	96,1	98,57
Sub-Total₁	169,669,5	105,733.0	275,402,5	170,048.0	98,672.0	268,720.0	100,2	93,3	97,57
Diversos	3,003.00	0.00	3,003.00	3,068,00	0,00	3,068.0	102,2	0,00	102,2
Comparáveis	114,114.0	0.00	114,114.0	112,394.0	0.00	112,394.0	98,49	0,00	98,49
Sub-Total₂	117,117.0	1.00	0	0	0	115,462.0	98,59	0,00	98,59
Total Geral	286,786,50	105,733.0	392,519,5	285,510.0	98,672.0	384,182.0	99,55	93,3	97,88

Fonte: Relatório do Ministério do Plano e Finanças, 2001:15

Mapa 3. Provisão e realização do Serviço da Dívida em 2001 (em milhões dólares)

Designação	Previsão			Realização			Grau .De Realização (%)			
	Orça. Estado (1)			(3)			(3)/(2)			
Categoria	Cap.	Juro.	Total	Cap.	Juro.	Total	Cap.	Juro.	Total	
Dívida Interna					327,9				96,7	
Dívida Externa	1,234			452,8	147,7	602,5				69,3
Total	1,234			452,8	475,6	602,5				96,7

Fonte: Autor com base no Relatório do Ministério do Plano e Finanças, 2001:22-23

Mapa 4. Provisão e Realização do Serviço da Dívida em 2002 (Unid. mdc)

Designação	Previsão			Previsão			Realização			Gra Realização(%)			Variação		
	Orça. Estado (1)			Orça. Estado (2)			(3)			(3)/(2)			(3-2)		
Categoria	Cap	Juro.	Total	Cap.	Juro	Total	Ca.	Juro	Total	Cap	Jur	Total	Cap	Jur	Ttal
Dívida Interna	0	692	692	275	803	1.077	275	952	1.227	100	119	114	0	149	149
Dívida Externa	965	396	1.361	591	286	876	649	322	971	110	113	111	58	36	94
Total	965	1.088	2.053	866	1.089	1.953	924	1.274	2.198	107	117	113	58	185	243

Fonte: Relatório do Ministério do Plano e Finanças, 2003:16

Mapa 5. Provisão e Realização do Serviço da Dívida em 2003 Unid. mdc

Categoria	Previsão			Realização					
	Capital	Juros	Total	Capital		Juros		Total	
				Mdc	%	Mdc	%	Mdc	%
Dívida Interna	224,6	923,3	1.147,9	133,9	59,6	1.001,4	108,4	1.153,3	98,9
Dívida Externa	956,9	253,1	1.210,0	775,8	81,1	316,9	125,3	1.092,7	90,3
Total	1.181,5	1.176,4	2.357,9	909,7	76,9	1.318,3	112,1	2.228,0	94,5

Fonte: Relatório do Ministério do Plano e Finanças, 2004:27

Mapa 6. Previsão e realização do serviço da dívida em 2004

unid. Mdc

Rubricas	Orçamento		Pagamentos	Grau de Real.	Percentagem
	Inicial	Final		%	%
Capital	1.201,7	1.207,1	1.099,6	91,5	91,5
Interno	443,9	616,3	433,0	97,54	70,26
Externo	757,8	585,4	666,6	87,97	113,87
Juros	1.228,3	1.228,3	1.321,8	107,61	107,61
Interno	855,0	840,1	910,3	106,47	108,36
Externo	373,3	388,2	411,5	110,23	106,0
Total	2.430,0	2.430,0	2.421,4	99,65	99,65

Fonte: Relatório do Ministério do Plano e Finanças, 2004:21

Mapa 7. Projectos Adjudicados Sector de Estradas no Período de 1995 a 2006

1995							
Designação do projecto	Valor Adjudicado	Início do Projecto	Grau de Execução Física	Grau de Exec. Financeira	Duração do projecto	Situação	Observação/ Constrangimentos
Reabilitação da estrada Beira/Inchope Decisão 1/95	MZM 115,9 Biliões Astaldi	Abril/96	100%	100%	44 meses	Concluída	
Reabilitação da estrada Marracuene /Manhiça Decisão 2/95	USD 5,4 Milhões Astaldi	Julho/97	100%	100%	24 meses	Concluída	
Reabertura de emergência de 2100 Km de estradas nas províncias de Sofala e Zambézia Decisão 3/95	MZM 167,9 Biliões Astaldi	Agosto/ Setembro/96	100%	100%	18 meses	Concluída	
Designação do projecto	Valor Adjudicado	Início do Projecto	Grau de Execução Física	Grau de Exec. Financeira	Duração do projecto	Situação	Observação/ Constrangimentos
Fornecimento de 1200m de pontes metálicas p/ reabilitação de emerg. de estradas Decisão 4/95	USD 4,5 Milhões Mabey/J	Agosto/95	100%	100%	12 meses	Concluído	
Reabilitação de emergência em Gaza Decisão 5/95	USD 18,5 Milhões China J	Agosto/96	100%	100%	12 meses	Concluída	
Reabertura protecção costeira de Maputo Decisão 7/95	USD 6,2 Milhões Astaldi	Setembro/97		100%	18 meses	Concluída	
Equipamento Fábrica de Cimentos da Matola Decisão 8/95	DEM 1,9 Milhões						
Fornecimento de tubo arco e gabiões Decisão 14/95	EURO 2,7 Milhões Euromark	Julho/95	100%	95%	4 meses	Concluído	
Fornecimento de equipamento para a reabilitação e manutenção de estradas em Inhambane Decisão 19/95	JPY 599,4 Milhões SUMIT	Maio/95	100%	95%	12 meses	Concluído	

1996

Designação do projecto	Valor Adjudicado	Início do Projecto	Grau de Execução Física	Grau de Exec. Financeira	Duração do projecto	Situação	Observação/ Constrangimentos
Reabilitação da estrada Quelimane; Nicuadala rio Zambeze Decisão 3/96	USD 11,2 Milhões Astaldi	Março/97	100%	100%	24 meses	Concluída	
Reabilitação da estrada Maputo/Namaacha Decisão 4/96	USD 11 Milhões MAMK	Dezembro/97	100%	100%	24 meses	Concluída	
AT a Indústria local de construção e manutenção de estrada Decisão 5/96	USD 1,9 Milhões N.DLT	Abril/96	100%	100%	24 meses	Concluída	
Reabilitação da EN8 Rio Mecuburi/Rio Lúrio 23Km Nametil/Moma (adenda ao contrato 107/OB/94) Decisão 6/96	MZM 20,1 Biliões RUMDE	Abril/95	100%	100%	36 meses	Concluída	
Reabilitação da estrada Madimba/Rio Lúrio Decisão 7/96	MZM 26,1 Biliões MCSA	Março/97	100%	100%	24 meses	Concluída	
Assistência Técnica a DNEP Decisão 8/96	SEK 17,3 Milhões SWER	Setembro/96	100%	100%	30 meses	Concluída	
Reabilitação de emergência de estradas do Niassa (adenda ao contrato 109/OB/94) Decisão 9/96	MZM 35,8 Biliões MCSA	Novembro/94	100%	100%	24 meses	Concluída	
Designação do projecto	Valor Adjudicado	Início do Projecto	Grau de Execução Física	Grau de Exec. Financeira	Duração do projecto	Situação	Observação/ Constrangimentos
Reabilitação da estrada Caia/Sena(109/OB/96); (192/OB/96) e Mutarara - Rio Chire Decisão 11/96	USD 6,7 Milhões CMC	Agosto/97	100%	100%	14 meses	Concluída	
Fornecimento de equipamento para a reabilitação e manut. de estradas na província da Zambézia Decisão 12/96	JPY 672 Milhões SUMIT	Fevereiro/97	100%	100%	12 meses	Concluído	
Reabilitação da estrada Inchope/Machipanda Adenda 2 Decisão 13/96	USD 5,8 Milhões NORB	Junho/97	100%	100%	12 meses	Concluída	
Manutenção periódica sul (contrato 116/OB/94) Manutenção periódica sul (contrato 118/OB/94) Decisão 14/96	MZM 29,9 Biliões CMC	Março/Maio/96	100%	100%	24 meses	Concluída	
Abertura de emergência de estradas na províncias de Gaza Decisão 15/96	MZM 9,9 Milhões Tâmega	Março/95	100%	100%	24 meses	Concluída	
Fornecimento de equipamento 30 furos Gaza Decisão 16/96	JPY 516 Milhões Itoshu	Novembro/96	100%	100%	5 meses	Concluído	

1997

Designação do projecto	Valor Adjudicado	Início do Projecto	Grau de Execução Física	Grau de Exec. Financeira	Duração do projecto	Situação	Observação/Constrangimentos
Reabilitação da estrada Chongoene/Chibuto Decisão 2/97	USD 9,6 Milhões CETA	Julho/97	100%	100%	24 meses	Concluída	
Manutenção da estrada Bilene/Chókwe/Macie Decisão 4/97	MZM 36,7 Bilhões CMC	Agosto/97	100%	100%	12 meses	Concluída	
Reabertura protecção costeira de Maputo FASE I Decisão 6/97 anula a Decisão 7/95	USD 1,8 Milhões CETA	Março/99		100%	8 meses	Concluída	
Manutenção periódica das estradas de Niassa, Nampula e Cabo Delgado Decisão n°	USD 5,5 Milhões	Novembro/94 para estrada de Niassa, Março/97 para estrada de Nampula e Junho/97 para estrada de Cabo Delgado	100%	100%	Niassa e Cabo Delgado 12 meses, Nampula 18 meses	Concluídas	
Reabilitação de estradas rurais de Cabo Delgado Decisão 10/97	MZM 175,3 Bilhões OPCA	Março/97	100%	100%	12 meses	Concluída	
Manutenção periódica das estradas de Cabo Delgado Decisão n° 11/97	MZM 116 Bilhões LTA	Janeiro/98	100%	100%	24 meses	Concluída	
Estrada Witbank-Maputo (Consultoria) Decisão n° 12/97	ZAR 17,8 Milhões VKE/ASCH/COTOP	Fevereiro/97	100%	100%	48 meses	Concluída	
Designação do projecto	Valor Adjudicado	Início do Projecto	Grau de Execução Física	Grau de Exec. Financeira	Duração do projecto	Situação	Observação/Constrangimentos
Consultoria para fiscalização da reabilitação de estradas rurais de Cabo Delgado Decisão 13/97	USD 1,3 Milhões CPP	Março/99	100%	100%	18 meses	Concluída	
Fiscalização da reabilitação das estradas rurais e manutenção das estradas de Maputo, Gaza e Inhambane Decisão n° 14/97	USD 1,7 Milhões	Março/99	100%	100%	24 meses	Concluída	
Reconstrução de 13 pontes dos rios de Mecuburi, Thi-Thi, Mutivazi, Chiraba, Namitangurine, Zangui, Xidzadze II, Mecumbezi, Púnguê, Namirroi, Metuce e Molócué - fase I Decisão n° 15/97	JPY 414,5 Milhões KONOIKE	Março/99	100%	100%	36 meses	Concluída	
Reabilitação de estradas Beira - Machipanda Decisão 19/97	USD 19,8 Milhões NORB ODEBRECT	Março/96	100%	100%	24 meses	Concluída	

1998

Designação do projecto	Valor Adjudicado	Início do Projecto	Grau de Execução Física	Grau de Exec. Financeira	Duração do projecto	Situação	Observação/Constrangimentos
Reconstrução de 13 pontes dos rios de Mecuburi, Thi-Thi, Mutivazi, Chiraba, Namitangurine, Zangui, Xidzadze II, Mecumbezi, Púngué, Namirroi, Metuce e Molócué – fase II Decisão n° 1/98	JPY 2,7 Biliões KONOIKE	Março/98	100%	100%	12 meses	Concluída	
Construção de 560 casas nas cidades de Maputo e Matola – Deslocados pela construção da estrada Witbank-Maputo Decisão n° 2/98	MZM 158,8 Biliões CMC	Março/98	100%	100%	8 meses	Concluída	
Manutenção da estrada EN242 Lichinga-Litundo e ER537 Lichinga-Maniamba e Bagarrila-Unango em Niassa Decisão n° 9/98	MZM 55 Biliões Tâmega	Junho/98	100%	100%	12 meses	Concluída	
Construção do edifício da Assembleia da República Decisão n° 10/98	CNY 33,9 Milhões Complant	Junho/98	n.d	n.d	18 meses	n.d	
Sinalização rodoviária das estradas classificadas Maputo, Gaza e Inhambane Decisão n° 11/98	MZM 15,5 Biliões Tâmega	Novembro/98	100%	100%	15 meses	Concluído	
Designação do projecto	Valor Adjudicado	Início do Projecto	Grau de Execução Física	Grau de Exec. Financeira	Duração do projecto	Situação	Observação/Constrangimentos
Sinalização rodoviária das estradas classificadas Nampula, Cabo Delgado e Niassa Decisão n° 12/98	MZM 15,5 Biliões Tâmega	Novembro/98	100%	100%	15 meses	Concluído	
Assistência Técnica as DPEP's – Adenda 2 Decisão n° 13/98	USD 1,4 Milhões B&LBERG	Setembro/97	100%	100%	12 meses	Concluído	
Manutenção Periódica de Estradas de Tete e Zambézia (Adenda ao 117/MAN/94) Decisão n° 14/98	MZM 7,3 Biliões CETA {WB}	Março/96	100%	100%	18 meses	Concluída	
Manutenção de Estradas Terraplenadas de Maputo e Gaza Decisão n° 16/98	MZM 14,1 Biliões 34,8 Biliões CMC {FME}	Janeiro/99	100%	100%	36 meses	Concluído	
Manutenção periódica de Estradas Terraplenadas de Inhambane, Nampula e Niassa Decisão n° 17/98	MZM 14,8 Biliões 19,7 Biliões 23,1 Biliões CETA	Agosto/Novembro/ Dezembro/99	100%	100%	36 meses	Concluído	
Manutenção de Estradas Terraplenadas de Cabo Delgado Decisão n° 18/98	MZM 17,9 Biliões Tâmega	Janeiro/98	100%	100%	36 meses	Concluído	

Manutenção periódica de Estradas de Vanduzi – Changara, Moatize-Cassacatiza Decisão nº 19/98	MZM 138,1 Biliões CMC/Tâmega	Dezembro/98	100%	100%	15 meses	Concluído	
Designação do projecto	Valor Adjudicado	Início do Projecto	Grau de Execução Física	Grau de Exec. Financeira	Duração do projecto	Situação	Observação/Constrangimentos
Manutenção periódica de Estradas de Cuchamano-Tete – Zóbué Decisão nº 20/98	MZM 61,2 Biliões CETA/L						
Reabilitação e manutenção de 36 furos de abastecimento de água-Maputo Decisão nº 25/98	USD 1,9 Milhões B&LBERG	Julho/99			18 meses		Não forneceram relatório

1999

Designação do projecto	Valor Adjudicado	Início do Projecto	Grau de Execução Física	Grau de Exec. Financeira	Duração do projecto	Situação	Observação / Constrangimentos
Fornecimento de 454.2m de pontes metálicas Decisão nº 1/99	USD 2,2 Milhões Mabey & Johnson	Março/99	100%	100%	10 meses	Concluído	
Manutenção periódica da Estrada Nicuadala-Rio Zambeze Decisão nº 2/99	MZM 62,8 Milhões Mota	Março/99	100%	100%	12 meses	Concluído	
Manutenção de rotina da estrada Dondo-Caia Decisão nº 3/99	MZM 18,6 Biliões CETA/COTAM/ECMEPMANICA	Março/99	100%	100%	36 meses	Concluído	
Reparação e reabilitação das principais ruas e avenidas da cidade de Maputo Decisão nº 4/99	MZM 41,5 Biliões CMC	Maio/99	100%	100%	6 meses	Concluído	
Reparação e reabilitação das principais ruas e avenidas da cidade de Quelimane Decisão nº 5/99	MZM 23,2 Biliões Mota	Maio/99	100%	100%	6 meses	Concluído	
Reparação e reabilitação das principais ruas e avenidas da cidade de Nampula Decisão nº 6/99	MZM 25 Biliões Mota	Maio/99	100%	100%	6 meses	Concluído	
Resselagem e manutenção de rotina da estrada Boane-Moamba Decisão nº 7/99	MZM 18,4 Biliões CMC	Junho/99	100%	100%	10 meses	Concluído	
Designação do projecto	Valor Adjudicado	Início do Projecto	Grau de Execução Física	Grau de Exec. Financeira	Duração do projecto	Situação	Observação / Constrangimentos
Reabilitação/Construção da EN1 troço Gorongosa-Caia Decisão nº 11/99	MZM 18,4 Biliões Grinaker	Junho/99	100%	100%	24 meses	Concluído	
Projecto engenharia para fiscalização da reabilitação da estrada Nampevo-Gorué Decisão nº 13/99	USD 1,2 Milhões Techsult	Junho/99			6+8 meses		Aguarda aprovação do MPF

Fornecimento de 300m de condutas DN800 e acessórios, reparação, fornecimento e montagem de 5400m de condutas e obras anexas Decisão n° 24/99	FRF 16,3 Milhões SAUR/CETA	Março/2000	100%	100%	12 meses	Concluído	
Fornecimento e montagem de electrobombas na Estação Umbeluzi, reabilitação da parte eléctrica do Sistema de regulação da Estação de Bombagem Decisão n° 25/99	FRF 3,4 Milhões Feljas & Masson	Março/2000	100%	100%	12 meses	Concluído	
Manutenção de rotina de estradas na Prov. de Nampula (438/B/99) EN240/EN236-Mogincoal Decisão n° 26/99	MZM 15,1 Biliões CETA	Novembro/99			36 meses		Cont MPF
Manutenção de rotina de estradas na Prov. de Nampula (438/B/99) EN236/EN260 Liupo/Moma Decisão n° 27/99	MZM 15,9 Biliões CETA	Novembro/99			36 meses		Cont MPF
Reabilitação da estradas Pemba-Montepuez Decisão 28/99	USD 33 Milhões CMC	Novembro/99	100%	100%	15 meses	Concluído	
Reparação de emergência EN1, Inharrime-Nova Galega em Inhambene Decisão n° 29/99	MZM 121,4 Biliões CMC	Dezembro/99			15 meses		Aguarda aprovação do MPF
Serviços de consultoria para fiscalização/reabilitação da estrada Pemba-Montepuez		Setembro/99			24 meses		Aguarda aprovação do MPF

2000							
Designação	Valor Adjudicado	Início do Projecto	Grau de Execução Física	Grau de Execução Financeira	Duração	Situação	Obs/Constrangimentos
Estrada de portagem Maputo-Witbank; obras de reabilitação da estrada alternativa EN4-Moamba Dec. N° 03/2000	USD 1.525.453.02 LABOR	Maio/2000	100%	100%	7 meses	Cancelado	As obras foram canceladas uma vez que o Governo Sul Africano não concordou com a construção da estrada alternativa. Os fundos remanescentes foram usados para o pagamento dos trabalhos melhoramento do acesso à Fronteira de Ressano Garcia
Reparação das principais estradas da Cidade da Beira Dec. N° 04/2000	MZM 75.350.500.520.00 Tâmega	Dezembro/00	100%	100%	12 meses	Concluída	
Reparação das principais estradas da Cidade da Maxixe Dec. N° 05/2000	MZM 23.137.433.991.00 CETA/CMC	Dezembro/00	100%	100%	12 meses	Concluída	
Reparação das principais estradas da Cidade da Matola Dec. N° 06/2000	MZM 26.754.680.518.00 CMC	Dezembro/00	100%	100%	12 meses	Concluída	

Reparação de emergência da EN1 em Chicumbane e 3 de Fevereiro Dec. Nº 07/2000	USD 2.513.941.64 CETA/CMC	Junho/00	100%	100%	5 meses	Concluída	
--	---------------------------------	----------	------	------	---------	-----------	--

2001

Designação	Valor Adjudicado	Início do Projecto	Grau de Execução Física	Grau de Execução Financeira	Duração	Situação	Obs/Constrangimentos
Fiscalização das obras de reabilitação da EN8, secção Nampula-Nacala Dec. Nº 07/2001	EURO 1.653.500.00 Lamont C. Engineers	Junho/2001	100%	100%	24 meses	Concluída	
Obras de construção e manutenção de estradas de terra na Zambézia Dec nº 08/2001	USD 6.388.685.87 LTA Construction	Março/2001	100%	100%	22 meses	Concluída	
Reabilitação da EN1, secção Muxungue-Rio Save Dec nº 09/2001	MZM 93.670.778.667.00 MARPLES Construction	Abril/2001	100%	100%	9 meses	Concluída	
Reabilitação da estrada Inchope-Gorongozza Dec nº 10/2001	USD 10.997.919.88 Grinaker-Group Five(JV)	Agosto/2001	100%	100%	13 meses	Concluída	
Fiscalização da reabilitação da estrada entre Vanduzi-Changara Dec. Nº 11/2001	USD 2.500.000.00 LBI-CPP (JV)	Junho/2002	100%	100%	20 meses	Concluída	
Reabilitação da estrada entre Nampula-Nacala Dec. Nº 16/2001	MZM 297.606.195.933 LBI-CPP (JV)	Junho/2001	100%	100%	24 meses	Concluída	
Obras de reabilitação da EN1 entre Chicumbane-Xai-Xai Dec. Nº 17/2001	GBP 6.663.111.80 WBHO/S&B	Junho/2001	100%	100%	15 meses	Concluída	

2001

Designação	Valor Adjudicado	Início do Projecto	Grau de Execução Física	Grau de Execução Financeira	Duração	Situação	Obs/Constrangimentos
Reabilitação da estrada EN205 entre Chókwe e Macaretane e EN208 entre Chibuto e Guijá Dec. Nº 18/2001	USD 9.661.526.12 CETA	Junho/2001	100%	100%	16 meses	Concluída	
Reabilitação da estrada EN211 entre a EN1 e a Nova Mambone e a reabilitação da ponte sobre o rio save Dec. Nº 19/2001	USD 9.727.329.74 Grinaker-LTA	Junho/2001	100%	100%	14 meses	Concluída	
Manutenção periódica da estrada EN5 no troço entre a EN2 e Namaacha Dec. Nº 21/2001	MZM 59.494.110.137.00 CMC - CETA	Setembro/2001	100%	100%	9 meses	Concluída	
Reabilitação da EN102 estrada entre Vanduzi-Changara Dec. Nº 22/2001	MZM 314.650.428.075.0 BASIL READ	Junho/2002	100%	100%	20 meses	Concluída	
Reabilitação da EN1 entre Inchope-Gorongozza Dec. Nº 26/2001	USD 8.674.444.62 WBHO	Agosto/2001	100%	100%	14 meses	Concluída	
Reabilitação rural de estradas em Cabo-Delgado Dec. Nº 30/2001	MZM 11.757.744.251.90	Contrato Março/2001 Adenda	100%	100%	13 meses	Concluída	

	OPCA	Novembro/2001					
--	------	---------------	--	--	--	--	--

2002

Designação	Valor Adjudicado	Início do Projecto	Grau de Execução Física	Grau de Execução Financeira	Duração	Situação	Obs/Constragimentos
Reabilitação da estrada EN205 entre Chókwé e Macaretane e EN208 entre Chibuto e Guijá Dec. Nº 04/2002	USD 1.894.446.17 CETA SARL	Agosto/2002	100%	100%	3 meses	Concluída	
Reabilitação da estrada EN231 entre Nampevo-Gurué Dec. Nº 05/2002	MZM 185.489.987.360.0 Concor Moç. Lda	Junho/2002	100%	100%	18 meses	Concluída	
Construção de 8 casas no Complexo Residencial Vila Sol Dec. Nº 06/2002	MZM 24.398.132.859.95 Teixeira Duarte	Junho/2002	100%	100%	8 meses	Concluída	
Estudo de viabilidade e projecto de engenharia da estrada Lichinga-Montepuez Dec. Nº 07/2002	USD 1.338.484.00 BCEOM	Junho/2002	100%	100%	30 meses	Concluída	
Reabilitação da estrada EN205 entre Chókwé e Macaretane e EN208 entre Chibuto e Guijá - Ordem de variação nº2 Dec. Nº 20/2002	USD 14.949.340.83 CETA SARL	Novembro/2002	100%	100%		Concluída	
Designação	Valor Adjudicado	Início do Projecto	Grau de Execução Física	Grau de Execução Financeira	Duração	Situação	Obs/Constragimentos
Construção de arruamentos, drenagem e abastecimento de água da Cidade de Xai-Xai Dec. Nº 23/2002	MZM 13.073.010.551.00	Novembro/2002	100%	100%	5 meses	Concluída	

2003

Designação	Valor Adjudicado	Início do Projecto	Grau de Execução Física	Grau de Execução Financeira	Duração	Situação	Obs/Constragimentos
Obras de reabilitação da estrada EN233 entre Mussacama e Calómue na Província de Tete Dec. Nº 01/2003	MZM 527.126.469.420.0 CMC DI REVENNA						
Obras de manutenção periódica da estrada EN2 entre Matola e Boane Dec. Nº 02/2003	MZM 47.956.280.000.00 OPCA						
Obras de reabilitação da estrada EN2 entre IMPAPUTO (EN5) e Goba Dec. Nº 03/2003	MZM 102.056.655.50 NCC - Denmark						
Obras de reabilitação e construção da EN205 entre (Chókwé/Macarretane) e EN208 (Guijá/Chibuto) Dec. Nº 04/2003	USD 1.894.446.17 CETA SARL						
Obras de dragagem e limpeza da Ribeira de Anguluzane na região de Xai-Xai	MZM 26.404.914.218.00 CONDURIL/EN						

Dec. Nº 06/2003	OP						
Obras de reparação de emergência da estrada EN8 entre Rio Lúrio e fronteira com Malawi e da estrada EN249 entre Madimba e Lichinga Dec. Nº 07/2003	MZM 63.175.534.270.71 CETA SARL						
Fiscalização das Obras de reabilitação da estrada EN233 entre Mussacama e Calómue na Província de Tete Dec. Nº 08/2003	USD 1.697.424.50 Civil and Planning Group						
Obras de reabilitação da estrada EN206 entre Chissano e Chibuto na Província de Gaza Dec. Nº 14/2003	MZM 183.654.905.00 0.00 CMC DI RAVENNE						
Obras de reabilitação das bermas da estrada EN207 e EN208 entre Chibuto e Chonguene Dec. Nº 15/2003	MZM 51.729.306.316. 24 CMC DI RAVENNE						

2004

Designação	Valor Adjudicado	Início do Projecto	Grau de Execução Física	Grau de Execução Financeira	Duração	Situação	Obs/Constrangimentos
Serviços de consultoria para a elaboração do anteprojecto e supervisão da construção da ponte sobre o rio Zambeze, em Caia Dec. Nº 04/2004	USD 2.237.923.00 WSP/TYPSA/ GRID/ LBG/ASDI	Abril/2004	27%	27%	71 meses inclui 12 de garantia	Concluída 1ª fase	A segunda fase consiste na elaboração de documentos do concurso de supervisão das obras de construção da empreitada (NB: Não forneceram actualização da segunda fase)
Trabalhos de manutenção periódica da estrada EN1 entre Zandamela e Maxixe Dec. Nº 05/2004	MZM 688.788.785.40 2.64 WBHO	Maior/2004	54%	81%	14 meses	Em curso	Chuvas, modificação do projecto, aumento de desgaste do pavimento da estrada existente criando novos buracos
Obras de manutenção periódica da estrada EN1 entre Incoluane e Zandamela Dec. Nº 06/2004	MZM 349.005.411.34 5.00 Tãmega/CMC		100%	100%	14 meses	Concluída com defeito. A ANE rejeitou 33Km	
Obras de manutenção periódica da estrada EN1 entre Manhiça e Incoluane Dec. Nº 07/2004	MZM 417.912.420.77 0.00 Tãmega/CMC	Maior/2004	100%	100%	14 meses	concluída	
Obras de manutenção periódica da estrada EN1 entre Marracuene e Manhiça Dec. Nº 08/2004	MZM 214.482.624.73 3.78		100%	100%	15 meses	concluída	
Obras de Reabilitação da estrada EN1 entre Maxixe e Nhachengue (ER520) Dec. Nº 09/2004	MZM 581.726.002.31 0.00 CONDORIL	Setembro/2004	100%	100%	26 meses incluindo 11 de extensão do tempo	Concluída	

2004

Designação	Valor Adjudicado	Início do Projecto	Grau de Execução Física	Grau de Execução Financeira	Duração	Situação	Obs/Constragimentos
Obras de Reabilitação da estrada EN1 entre Nhachengue (ER520) e Pambara (Vilanculos) Dec. Nº 10/2004	MZM 596.106.010.75 8.00 SINOHYDRO CORPORATI ON		100%	100%	27 meses incluindo 12 de extensão do tempo	Concluída	
Adenda nº1 das obras des reabilitação da estrada EN242 entre Litundo e rio Ruaça Dec. Nº 11/2004	MZM 165.787.287.76 5.00 Rundel Constrution		100%	100%	30 meses (19 meses adenda nº1)	Concluída	
Fornecimento de batelões e equipamento de dragagem para a travessia do rio Zambeze em Caia Dec. Nº 17/2004	EUROS 2.						

2005

Designação	Valor Adjudicado	Início do Projecto	Grau de Execução Física	Grau de Execução Financeira	Duração	Situação	Obs/Constragimentos
Obras de Reabilitação da Estrada Namacurra-Nampevo (Lote1), Dec. Nº 01/2005	Euros 23.627.873,31 TÁMEGA (FED)	05/05	20%	28%	24 meses	Concluído s 3.5 Km de nova construção. Concluído s 25 km em revestimento simples. No total foram concluído s cerca de 29 km de estrada.	Fraca gestão por parte do empreiteiro. Problemas de "Cash Flow"
Obras de Reabilitação da Estrada Nampevo –Alto Molócue (Lote2), Dec. Nº 02/2005	Euros 14.462.574,22 TÁMEGA (FED)	05/05	13%	20%	24 meses	Concluído s 3 km em revestimento	Fraca gestão por parte do empreiteiro. Problemas de "Cash Flow"
Obras de Reabilitação do Troço Alto Molócue –rio Ligonha(Lote3), Dec nº 03/2005	Euros 26.201.593,79 CMC DI RAVENNA (FED)	05/05	66%	64%	24 meses	Concluído s 17.150 km em revestimento duplo mais 37.80 km em revestimento simples. No total foram concluído s 55 km de estrada	-

Fiscalização das Obras de Reabilitação do Troço Namacurra (Lote1), no quadro da Reabilitação da Estrada Centro-Nordeste entre Namacurra e Rio Ligonha Dec nº 04/2005	Eurod 1.428.743,00 BCEOM {FED}	05/05	NA	56%	24 meses	NA	-
Designação	Valor Adjudicado	Início do Projecto	Grau de Execução Física	Grau de Execução Financeira	Duração	Situação	Obs/Constragimentos
Fiscalização das Obras de Reabilitação do Troço Nampevo-Alto Molócue (Lote2), no quadro da Reabilitação da Estrada Centro-Nordeste entre Namacurra e Rio Ligonha Dec. Nº 05/2005	Euros 1.385.214,00 Civil & Planning Group {FED}	05/05	-	69%	24 meses	NA	NA
Fiscalização das Obras de Reabilitação do Troço Nampevo-Alto Molócue (Lote3), no quadro da Reabilitação da Estrada Centro-Nordeste entre Namacurra e Rio Ligonha Dec nº 06/2005	Euros 1.351.384,00 Nicholas O'Dwyer {FED}	05/05	-	44%	24 meses	NA	Atraso no pagamento (já regularizado). Ineficiência do próprio empreiteiro
Reabilitação da Estrada ER443-Maringue-Gombalançai-Sena Dec nº 15/2005	MZM 63.811.906.890,00 WBHO {AFD}	03/06	80%	90%	8 meses	Conclusão das obras sobre o rio Licoma. Obras de Terraplanagem em curso nos últimos 15 Km. Construção de Obras de Drenagem (Aqueodutos e Drifts)	O início das obras foi condicionado pelos trabalhos de desminagem da estrada que foram efectuados com atrasos significativos. Devido a presença de minas, os estudos durante a fase do projecto não foram detalhados o que resultou no aumento de quantidades em obra.

2006

Designação	Valor Adjudicado	Início do Projecto	Grau de Execução Física	Grau de Execução Financeira	Duração	Situação	Obs/Constragimentos
Obras de Reabilitação da Estrada EN239 entre Nametil e Angoche em Nampula Dec. Nº 01/2006	MZM 195.879.324,90 CETA/CMC {WB}	02/06	84%	72%	12	Colocação de Aqueodutos. Finalizada a Base. Cerca de 18% de drenagem concluída. Cerca de 62% em "Otta Seal" concluída. Gravel Work em	Chuvas intensas incrementaram o período dos trabalhos em mais de 16 dias

Reabilitação da Estrada EN242 entre Litunde e Fronteira comm C.Delgado e Construção da Ponte sobre o rio Luambala em Niassa Dec nº 02/2006	MZM 57.995.687.295,00 RUMDEL SARL {ASDI}	02/06 Contrato inicial 2002	100%	100%	48meses	curso Período de Grantia	-
Construção e Manutenção de Estradas da Província de Sofala. Adenda nº 01 Dec nº 03/2006	USD 3.745.921,55 TARCON {KFW}	03/06 Contrato inicial 2004	100%	100%	31 meses	As estradas estão a ser mantidas	-
Assistência Técnica aos Departamentos de Estradas e Pontes nas Províncias de Gaza, Inhambane, Nampula e Niassa Dec. Nº 04/2006	Euros 1.232.185,50 TYPISA/BRISA (FED)	-	-	-	-	-	Concurso anulado. O consultor não conseguiu providenciar técnicos com nível previamente indicado na proposta inicial
Designação	Valor Adjudicado	Início do Projecto	Grau de Execução Física	Grau de Execução Financeira	Duração	Situação	Obs/Constragimentos
Reabilitação da Estrada EN304, entre Mussacama-Calómue na Província de Tete Dec nº 19/2006	MZM 711.124.034,44 CMC {BAD}	2006 Contrato inicial 2003	100%	100%	24 meses	-	-
Serviços de Consultoria para a Contratação de Assistência Técnica para ANE Dec nº 20/2006	USD 1.333.650,00 ITC {WB}	-	-	-	-	-	-
Fornecimento de Sistema de Produção de Cartas de Condução e Sistema de Registo de Informação e Cartas de Condução Dec nº 28/2006	USD 4.199.036,29 FACE TECNOLOGY {WB}	-	-	-	-	-	-